

Violações à liberdade de expressão no Brasil

RELATÓRIO
2019 a 2022



FNDNC | Fórum Nacional pela
Democratização da Comunicação



Violações à liberdade de expressão no Brasil

RELATÓRIO
2019 a 2022



Brasília, outubro de 2022



“Violações à Liberdade de Expressão no Brasil - 2019 a 2022” é uma publicação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDCC)

Pesquisa e redação

Admirson Medeiros (Greg)
Débora Firmiano
Elizângela Araújo
Gésio Passos
Larissa Gould
Pamela Oliveira
Pedro Rafael Vilela
Renata Mielli

Edição

Felipe Bianchi
Larissa Gould
Pedro Rafael Vilela

Coordenação

Larissa Gould

Projeto gráfico e diagramação

Hiperativa Comunicação Integrada

Coordenação Executiva do FNDCC (biênio 2020-2022)

Beth Costa - Coordenação Geral
Larissa Gould - Secretaria Geral
Admirson Ferro Jr. (Greg) - Secretaria de Finanças
Luiz Carlos Vieira - Secretaria de Organização
Iara Moura - Secretaria de Formação
Geremias dos Santos - Secretaria de Políticas Públicas
Barack Fernandes - Secretaria de Comunicação

Secretaria Executiva

Pedro Rafael Vilela

Apoio



Responsáveis: Christoph Heuser, representante da FES no Brasil e Willian Habermann, Diretor de Projetos FES Brasil

Contato: brasil.fes.de
fesbrasil@fes.org.br
Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313
01311-931 • São Paulo • SP • Brasil

APRESENTAÇÃO

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação lança o segundo relatório da Campanha Calar Jamais, que traz um panorama das violações à liberdade de expressão ocorridas no Brasil entre junho de 2019 e fevereiro de 2022.

Lançada em maio de 2016, imediatamente após o golpe midiático-jurídico-parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, a Campanha vem denunciando casos emblemáticos que demonstram a escalada de intolerância e a impossibilidade de um governo de extrema-direita conviver com as diferenças e a oposição de forma respeitosa e democrática.

Como poderemos ver ao longo dos casos que estão sistematizados neste relatório, a violação à liberdade de expressão foi institucionalizada no país à medida em que o presidente da República, Jair Bolsonaro, é o principal porta voz da violência, da agressividade contra qualquer profissional (jornalista, comunicador, artista, professor), veículo de comunicação, grupo artístico-cultural, instituição educacional que expresse uma visão de país e mundo distinta a sua e a de seu governo.

Nos últimos 4 anos, o Brasil retrocedeu ao período pré-Constituição de 1988, quando o país vivia o fim do regime militar, mas ainda perseguia e tentava calar – e muitas vezes calou – quem ousava levantar a voz contra o autoritarismo e a censura.

O levantamento realizado pelo FNDC não tem caráter estatístico e não tem como foco exclusivo a violência contra jornalistas e veículos de imprensa - como os realizados por organizações como a Fenaj, Repórteres Sem Fronteira e a Comissão de Empregados da EBC, responsável pelo Dossiê Censura na EBC, que são indispensáveis para monitorar quantitativamente a piora dos índices de liberdade de imprensa no país.

O objetivo do Fórum – com as denúncias que realizou nos últimos anos e que estão organizadas neste relatório – era trazer a dimensão humana, dar nome às vítimas da violência e apontar os agressores, tornando público através dos seus instrumentos de comunicação e de parceiros a escalada autoritária no país. Com isso, nossa contribuição traz um complemento qualitativo aos vários levantamentos realizados no país.

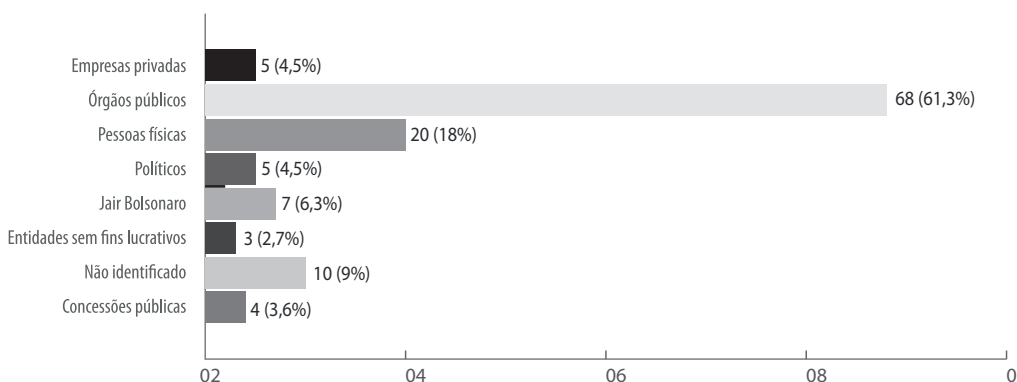
Você verá neste relatório um resumo de 110 denúncias de violações à liberdade de expressão, organizados em 8 categorias:

- 1) Violações contra jornalistas, comunicadores sociais, veículos e meios de comunicação
- 2) Censura a manifestações artísticas
- 3) Cerceamento a servidores públicos
- 4) Repressão a protestos, manifestações sociais e organizações políticas
- 5) Repressão e censura a instituições de ensino
- 6) Desmonte da Comunicação Pública
- 7) Discriminação contra Grupos oprimidos
- 8) Crimes contra a Saúde Pública

Dentro deste universo de casos apurados, pudemos elencar que os jornalistas, comunicadores sociais, veículos e meios de comunicação foram as maiores vítimas de censura, totalizando 54 denúncias, mais da metade das ocorrências do relatório. Seguidas das manifestações artísticas e dos protestos, manifestações sociais e organizações políticas, com 14 e 13 denúncias cada, respectivamente.

Outro dado preocupante são os agentes censores, classificados em: concessões públicas, empresas privadas, órgãos públicos ou agentes de órgãos públicos, incluindo nesta categoria todos os poderes e o Exército, pessoas físicas, dentre elas, apoiadoras de Jair Bolsonaro, políticos, dentre eles, apoiadores de Jair Bolsonaro, o próprio presidente Jair Bolsonaro, entidades sem fins lucrativos e agentes censores não identificados, caso que contempla, por exemplo, ameaças feitas de forma anônima.

Algumas denúncias envolveram mais de um agente censor da liberdade de expressão. Dentre os casos apurados pelo relatório, 61,3% (68 casos) tiveram como agentes cerceadores órgãos públicos ou agentes públicos, contabilizando com os 6,3% (7 casos) do próprio presidente Jair Bolsonaro, chegamos a 67,6% de casos de cerceamento da liberdade de expressão protagonizados pelo Estado brasileiro.



A institucionalização da violação a esse direito, e sua quase legitimação por parte daqueles que deveriam defendê-lo, pode inclusive estimular apoiadores do atual governo e de grupos de extrema direita a promover violência, como podemos ver em outro dado levantado dentro da amostragem: dos 20 cerceadores classificados como pessoas físicas, 85%, ou seja, 17 deles, foram identificados como apoiadores do presidente Jair Bolsonaro. Já dos 5 políticos envolvidos nas denúncias, apenas um não é abertamente apoiador do atual presidente.

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação espera que este documento contribua para trazer à tona a reflexão necessária sobre a urgência em se construir mecanismos para criar políticas públicas de proteção a jornalistas e comunicadores, para o desenvolvimento de um ambiente mais democrático no debate público, o que na nossa perspectiva só pode ser feito com a mudança profunda dos rumos que o Brasil, com a discussão de políticas para democratização da comunicação.

SUMÁRIO

1. Violações contra jornalistas, comunicadores sociais e meios de comunicação 11

1.1 - Afastamento de Paulo Henrique Amorim, Marco Antônio Villa e Rachel Sheherazade	12
1.2 - Investigação contra Glenn Greenwald.....	13
1.3 - Ataque misógino à jornalista Patrícia Campos Mello.....	14
1.4 - Bolsonaristas atacam jornalista nas redes sociais.....	18
1.5 - Agressão a repórter em manifestação bolsonarista.....	19
1.6 - Bolsonaro e apoiadores agredem jornalistas no Palácio do Planalto.....	20
1.7 - Entidade policial tenta intimidar chagistas.....	20
1.8 - Bolsonaro ameaça jornalista e chargista com Lei de Segurança Nacional	21
1.9 - Prisão de jornalista.....	22
1.10 - Censura ao site GGN.....	23
1.11 - Prefeito Marcelo Crivella dificulta trabalho de repórteres.....	24
1.12 - Jornalista sofre ameaça de morte por matéria sobre discurso de ódio nas redes sociais.....	25
1.13 - Rádio comunitária sofre depredação.....	26
1.14 - Monitoramento de jornalistas pelo governo Bolsonaro.....	26
1.15 - Censura a reportagens sobre denúncia de racismo.....	29
1.16 - Censura a reportagens sobre suposta fraude no mercado imobiliário	30
1.17 - Governo Bolsonaro investiga jornalista por artigo de opinião.....	31
1.18 - Ataques hackers tiram site de ONG do ar.....	32
1.19 - Jair Bolsonaro ataca jornalistas com palavrões.....	33
1.20 - Jair Bolsonaro fala em tirar jornais de circulação.....	34
1.21 - Demissão de jornalista por pergunta a Jair Bolsonaro.....	35
1.22 - Vereador Carlos Bolsonaro denuncia Youtuber.....	35
1.23 - Série de agressão de jornalistas por apoiadores de Bolsonaro.....	36
1.24 - Incêndio criminoso em sede de jornal.....	37
1.25 - Apoiadores de Jair Bolsonaro agredem radialista.....	38
1.26 - Ministério censura perguntas em entrevista coletiva.....	39
1.28 - Procuradores da Lava Jato montam rede para punir jornalistas críticos.....	39

1.29 - Jornalistas são atacados em ato pró-Bolsonaro	40
1.30 - Governador tenta intimidar jornalista.....	42
1.31 - Rede Record censura jornalistas para agradar governador.....	42
1.32 - Censura a reportagem sobre cloroquina.....	43
1.33 - Jornalistas são agredidos com pedras por torcedores	44
1.34 - Governador do Distrito Federal interpela repórter judicialmente.....	44
1.35 - Instagram censura Jornalistas Livres.....	45

2. Censura a manifestações artísticas 46

2.1 - Ameaças obrigam evento a cancelar a participação de Miriam Leitão e Sérgio Abranches	47
2.2 - Governo pavimenta caminho da censura ao transferir conselho de Cinema para Casa Civil	48
2.3 - Câmara de Vereadores de Porto Alegre censura exposição de charges por críticas a Jair Bolsonaro	49
2.4 - Bienal do Livro do Rio resiste a tentativa de censura de HQ pela prefeitura do Rio	50
2.5 - Itamaraty censura documentário sobre Chico Buarque no Uruguai	50
2.6 - Presidente Interino da Ancine manda retirar cartazes de filmes nacionais da sede e do site do órgão	51
2.7 - Ancine proíbe a exibição de "A vida é invisível" para funcionários do órgão	52
2.8 - Ordem judicial exige que Netflix e a produtora Porta dos Fundos retirem de suas plataformas o programa "A primeira tentação de Cristo".....	53
2.9 - Governo promove perseguição a cineasta no Twitter.....	54
2.10 - Doria censura livros doados para leitura em presídios de São Paulo	56
2.11 - Site da Fundação Palmares censura Carolina Maria de Jesus, Zumbi dos Palmares, Luiz Gama e Marina Silva	57
2.12 - Deputados distritais aprovam censura a expressões artísticas com nudez e símbolos religiosos	58
2.13 - Detenção do músico Fabiano Leitão Duarte, o tromPETISTA.....	59
2.14 - Instagram censura tira com beijo lésbico.....	59

3. Cerceamento a servidores públicos 60

3.1 - Patrulhamento ideológico na Escola Superior de Guerra (ESG).....	61
3.2 - Ibama tenta censurar servidores das redes sociais.....	61

3.3 - CGU ameaça punir servidores por críticas a Bolsonaro na internet.....	62
3.4 - Censura prévia a pesquisadores do ICMBio.....	63
3.5 - Ministério do Meio Ambiente intimida servidor.....	64

4. Repressão a protestos, manifestações sociais e organizações políticas 65

4.1 - Polícia Rodoviária Federal invade reunião de sindicato e questiona professores sobre ato contra Bolsonaro.....	66
4.2 - Polícia Militar censura faixa antifascista em torneio de tênis de mesa.....	66
4.3 - Deputado usa estrutura da Alesp para produzir dossiê contra opositores de Bolsonaro.....	67
4.4 - Em represália ao pedido de impeachment da Coalizão Negra por Direitos, Bolsonaro esvazia Conselho de Igualdade Racial.....	68
4.5 - Polícia Militar do Rio viola constituição ao censurar e prender líder popular durante protesto.....	69
4.6 - Polícia Federal intima professora por outdoor crítico a Bolsonaro em PE.....	70
4.7 - Polícia Militar do Distrito Federal abusa de autoridade e prende militantes do PT por faixa com charge crítica a Bolsonaro.....	71
4.8 - Rodrigo Pilha torturado e espancado no Centro de Detenção Provisória.....	71
4.9 - Funai aciona Polícia Federal contra Sônia Guajajara por críticas ao governo Bolsonaro.....	72
4.10 - Agronegócio proíbe propaganda crítica a Bolsonaro em Cuiabá-MT.....	73
4.11 - Jornalista denuncia censura a faixa por militar do Exército.....	74
4.12 - Prisão política de Paulo Galo.....	75
4.13 - Ameaças de morte e espionagem forçam presidente da Safernet a deixar o Brasil.....	76

5. Repressão e censura nas instituições de ensino 77

5.1 - Instituto Federal do Paraná segue cartilha autoritária do governo e tenta proibir palestra de Guilherme Boulos.....	78
5.2 - Tentativa de banimento de livros pelo governo de Rondônia.....	78
5.3 - Interventor bolsonarista manda polícia reprimir estudantes do IFERN.....	79
5.4 - Perseguição e censura a professores da UFPEL pelo MEC tem caráter fascista.....	80
5.5 - PGU aciona Conselho de Ética da USP para intimidar professor.....	81
5.6 - Polícia Federal insiste em inquérito que investiga “atos antifascistas” na Uece.....	81

5.7 - Intimidação a professores e estudantes.....	82
5.8 - Governo Bolsonaro tentou censurar o termo “ditadura militar” no Enem	83
6. Desmonte da comunicação pública	84
6.1 - Governo Bolsonaro tenta extinguir Rádio MEC AM, a mais antiga do país	85
6.2 - TV Brasil censura Arnaldo Antunes.....	86
6.3 - TV censura trecho de reportagem sobre prisões na ditadura.....	86
6.4 - 2º Dossiê Censura na EBC.....	87
6.5 - Relatório da CPI da Covid inclui mau uso da EBC pelo governo Bolsonaro	87
6.6 - 3º Dossiê da EBC registra 161 casos de censura na empresa	88
7. Discriminação contra grupos oprimidos	89
7.1 - Itamaraty nega explicação sobre sua política antigênero.....	90
7.2 - Operadoras bloqueiam site da ong “Women on Waves” no Brasil	90
7.3 - Judiciário não pode arbitrar sobre pluralidade de pensamento	91
7.4 - Relatório da Fundação Palmares é peça de propaganda fascista.....	92
7.5 - Concessão pública não é salvo-conduto para discurso de ódio	92
8. Crimes contra a saúde pública	94
8.1 - Mais um crime do governo Bolsonaro contra a saúde pública.....	95
8.2 - Bolsonaro recorre a censura para desinformar sobre avanço da Covid-19 no Brasil	95
8.3 - Prefeita e vice de Juiz de Fora são ameaçados de morte por medidas restritivas contra a COVID-19	96
8.4 - Ataques a Ludhmila Hajjar têm DNA da milícia digital bolsonarista.....	97

1. Violações contra jornalistas, comunicadores sociais e meios de comunicação

Desde maio de 2016, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação desenvolve a campanha Calar Jamais, para denunciar de forma sistemática e permanente a escalada de violações à liberdade de expressão que passou a fazer parte da estratégia política dos setores de direita e extrema-direita no país.

Para implementar uma agenda política, econômica e social regressiva, de retirada de direitos conquistados, modificando a estrutura do Estado para alterar o sistema de proteção social e desmontar políticas públicas, era essencial estabelecer uma guerra cultural, da qual faz parte atacar a credibilidade da imprensa, dos comunicadores sociais e do conjunto dos meios de comunicação no país.

A instabilidade institucional aberta com o golpe de 2016, que afastou Dilma Rousseff da presidência, marca um período de acentuada atuação do Estado na perseguição a jornalistas e comunicadores, na promoção e incentivo à censura. A eleição de Bolsonaro, em 2018, deu maior impulso a este processo, instalando no país uma institucionalização das violações à liberdade de expressão e também à liberdade de imprensa.

Os ataques são promovidos pelo próprio presidente da República, Jair

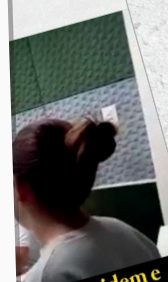
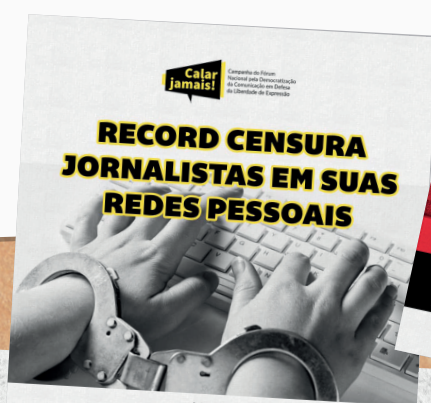
Bolsonaro, por ministros e integrantes do seu governo, deputados e deputadas da sua base de apoio e seus seguidores Brasil a fora, que usam a internet – principalmente plataformas de redes sociais – para promover a violência e o ódio contra a imprensa.

Jair Bolsonaro não perde a oportunidade de atacar a imprensa em suas manifestações públicas durante eventos, entrevistas e nas redes oficiais, criando um ambiente de incentivo para que seus seguidores amplifiquem a perseguição e a violência contra jornalistas e comunicadores. Nesse conjunto, as mulheres são as mais atacadas.

No dia Mundial da Liberdade de Imprensa, em 3 de maio de 2020, a campanha Calar Jamais denunciou Bolsonaro como Inimigo Número 1 da Liberdade de Expressão no Brasil.

Outras entidades como Fenaj, Abraji, Repórteres sem Fronteiras também têm acompanhado e sistematizado essas violações, contribuindo para delinear o grave cenário que o país vive.

Desde junho de 2019 até fevereiro de 2022, período que compreende esse relatório, a Campanha Calar Jamais denunciou essa escalada a partir de casos simbólicos que veremos a seguir.





Repórter fotográfico Dida Sampaio, d'O Estado de São Paulo, foi agredido durante ato de apoiadores de Jair Bolsonaro no Dia do Jornalista (Foto: reprodução)

No Dia Mundial da Liberdade de Imprensa de 2020, o tema adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para celebrar a data foi “Jornalismo sem medo ou favor”, em referência à pandemia Covid-19.

De acordo com monitoramento da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), somente naquele ano o presidente da República proferiu 179 ataques à imprensa (28 agressões diretas a jornalistas, duas direcionadas à FENAJ e 149 tentativas de descredibilização da imprensa). Apenas no mês de abril foram 38 ocorrências. No dia 1º de maio de 2020, bolsonaristas já havia agredido enfermeiras e enfermeiros durante ato da categoria na frente do Congresso Nacional.

Além do presidente, seus seguidores também perseguem jornalistas nas redes sociais e nas ruas. Em 3 de maio daquele ano, Dia mundial da Liberdade de imprensa, quatro jornalistas foram agredidos durante manifestação em frente ao Palácio do Planalto. De acordo com O Estado de São Paulo, um de seus fotógrafos foi derrubado e agredido com chutes e murros.

A sociedade não pode continuar tolerando a brutalidade dos que lutam para instituir um regime cada vez mais autoritário no país. Sem liberdade de imprensa e sem liberdade de expressão não há democracia. E sem democracia impera a barbárie.

**Calar
jamais!**

Campanha do Fórum
Nacional pela Democratização
da Comunicação em Defesa
da Liberdade de Expressão



**A marca do governo Bolsonaro
é o combate ao jornalismo livre
e ao pensamento livre!**

fndc.org.br

1.1 - Afastamento de Paulo Henrique Amorim, Marco Antônio Villa e Rachel Sheherazade

Data: 25/06/2019

Local: São Paulo/SP

Agente Violador: TV Record,
Rádio Jovem Pan, SBT

Vítimas: Paulo Henrique
Amorim, Marco Antônio Villa,
Rachel Sheherazade

No início do seu governo, Bolsonaro reorientou os aportes financeiros aos veículos de comunicação no Brasil. Desconsiderando os critérios anteriormente estabelecidos, passou a priorizar os repasses das verbas de publicidade para as emissoras de rádio e televisão que adotaram uma linha editorial de apoio e defesa de seu governo. A TV Record, o SBT e a emissora de Rádio Jovem Pan tiveram recursos multiplicados num curto espaço de tempo. Para se ter uma dimensão, apenas no primeiro trimestre de 2019, a Record foi a emissora que mais faturou verbas publicitárias oriundas da Secretaria de Comunicação da Presidência da República: R\$ 10,3 milhões (659% em relação ao mesmo período de 2018/Fonte: UOL).

Essas emissoras passaram a apertar o cerco contra jornalistas que tinham uma postura um pouco mais crítica ou independente na cobertura do governo. Como foi o caso do jornalista Paulo Henrique Amorim, que apresentava o programa Domingo Espetacular, na Record. Além do

seu trabalho na emissora, Amorim mantinha já há muitos anos o blog Conversa Afiada, onde expunha sua visão política sobre os rumos do país. Apesar de a emissora ter anunciado o afastamento como parte de um processo de reestruturação e reformulação, estava claro que as críticas de PHA à Lava Jato e ao Bolsonarismo foi o que motivou o seu afastamento. Na época, o jornalista Daniel Castro, lembrou em sua coluna Notícias da TV, do portal Uol, que Amorim “teve a cabeça pedida à Record inúmeras vezes desde 2014”, por seu posicionamento político. Em outro caso explícito de intervenção, o comentarista político Marco Antônio Villa foi suspenso pela rádio Jovem Pan por 30 dias, após fazer críticas ao governo. Assim como ocorreu com a jornalista Rachel Sheherazade, âncora do SBT, que teve seu afastamento publicamente pedida à emissora pelo empresário Luciano Hang.

Esses casos são emblemáticos de como o bolsonarismo operou ao longo dos últimos anos, tentando calar jornalistas.

**Calar
jamais!**

Campanha do Fórum
Nacional pela Democratização
da Comunicação em Defesa
da Liberdade de Expressão



Investigação contra Glenn Greenwald viola liberdade de imprensa.

fnmc.org.br

1.2 - Investigação contra Glenn Greenwald

Data: 3/7/2019 – 5/7/2019 –
26/7/2019 – 7/11/2019 – 21/1/2020
– 6/2/2020

Local: Brasília – Internacional

Agente Violador: PF/MJ/ MPF/pro-
curador Wellington Divino Marques
de Oliveira

Vítima: Glenn Greenwald

Em julho de 2019, o jornalista Glenn Greenwald foi alvo de um conjunto de ataques do governo federal em razão da divulgação das mensagens que deram origem à grande reportagem da Vaza Jato, lançada pelo The Intercept Brasil no dia 09 de junho. A série foi composta por vários artigos sobre conversas entre promotores e juizes relacionados à chamada “Operação Lava Jato”, que mostrou irregularidades e falhas no devido processo de alguns réus.

Desde a primeira reportagem, houve muitos questionamentos quanto à forma como as mensagens foram obtidas, pressionando os jornalistas Glenn Greenwald e Leandro Demori a divulgarem suas fontes e atacando a credibilidade das reportagens e dos jornalistas.

O presidente Bolsonaro e a base do governo elevaram o tom dos ataques contra os dois jornalistas, que passaram a sofrer cotidianamente ameaças de morte.

Em 03 de julho, a campanha Calar Jamais denunciou a abertura de uma

investigação por parte da Polícia Federal, então subordinada ao Ministério da Justiça que estava sob o comando de Sérgio Moro, sobre as atividades do jornalista Glenn Greenwald. A iniciativa era explicitamente motivada por razões políticas para perseguir o jornalista a fim de constrangê-lo e intimidá-lo.

Tal iniciativa fez com que o Relator para Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Edison Lanza, e o Relator Especial das Nações Unidas para a Promoção e Proteção do Direito à Liberdade de Opinião e de Expressão, David Kaye, fizessem uma declaração conjunta manifestando preocupação com a situação de Glenn Greenwald, de sua família e dos jornalistas do The Intercept Brasil.

Em comunicado oficial, os especialistas denunciaram o assédio e os abusos que Greenwald sofria e reafirmaram o direito da confidencialidade e proteção da fonte.

Além da investigação aberta pela



Campanha do Fórum
Nacional pela Democratização
da Comunicação em Defesa
da Liberdade de Expressão



ONU e OEA cobram proteção de Glenn Greenwald ao governo brasileiro.

fndc.org.br

Polícia Federal, no dia 26 de julho o Ministro da Justiça, Sérgio Moro, personagem principal das reportagens da Vaza Jato, publicou a Portaria Ministerial 666, no Diário Oficial da União. A portaria versava sobre o “impedimento de ingresso, repatriação e a deportação sumária de pessoa perigosa” do país e foi interpretada como uma ameaça ao jornalista norte-americano, deixando explícita a existência de um Estado policaiesco e persecutório no Brasil.

A Vaza Jato se consolidou como uma das reportagens mais importantes dos últimos anos no país. Os jornalistas envolvidos na apuração tornaram-se alvos permanentes dos ataques e ameaças do bolsonarismo e precisaram passar a ser acompanhados por seguranças.

Mas nem todo o esquema de blindagem impediu que Glenn Greenwald fosse atacado covardemente pelo jornalista Augusto Nunes durante entrevista na rádio Jovem Pan em 07 de novembro. O editor do The Intercept Brasil participava do programa Pânico quando perguntou a Nunes se ele continuava achando que um juiz de

menores deveria investigar a maneira como ele e o marido, o deputado David Miranda, cuidam dos filhos.

A declaração de Nunes de que “um juiz de menores deveria investigar quem é que cuida” dos filhos do casal foi feita ao vivo no dia 2 de setembro. Ao ser questionado por Greenwald, Nunes disse que “quem tem que se explicar é quem comete crimes”. O editor do The Intercept Brasil chamou Nunes de covarde. A reação do comentarista foi um tapa na cara de Greenwald.

Antes do programa, Greenwald declarou, via Twitter, que estava feliz pela oportunidade de questionar Nunes frente a frente pelo comentário sobre seus filhos.

A campanha Calar Jamais, ao prestar solidariedade a Glenn, registrou como a covardia é um traço marcante dos LGBTQIA+fóbicos e uma característica fundamental do fascismo.

A atuação persecutória do governo, principalmente de Sérgio Moro, teve um outro momento importante em 21 de janeiro de 2020, quando o procurador Wellington Divino Marques de Oliveira denunciou o editor do The Intercept Brasil, Greenwald, por associação criminosa. Ele foi acusado pelo procurador de ajudar na invasão de celulares de autoridades brasileiras. Outras seis pessoas também foram denunciadas.

Ao investigar o mesmo caso, na operação Spoofing, a Polícia Federal concluiu não haver qualquer ação criminosa do jornalista norte-americano no caso. Em nota, a Associação

Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) disse que a denúncia contra Glenn Greenwald é baseada em uma interpretação distorcida das conversas do jornalista com sua fonte. “Tem como único propósito constranger o profissional, como o texto da denúncia deixa ver: por duas vezes, o procurador refere-se a Greenwald com o termo jornalista entre aspas, como se ele não se qualificasse como tal – e como se coubesse a um membro do MPF definir quem é ou não jornalista. É um absurdo que o Ministério Público Federal abuse de suas funções para perseguir um jornalista e, assim, violar o direito dos brasileiros de viver em um país com imprensa livre e capaz de expor desvios de agentes públicos”, diz a entidade.

A denúncia foi rejeitada pelo juiz Ricardo Leite, da 10ª Vara de Justiça

Federal de Brasília, em 6 de fevereiro. Mesmo assim, motivou mais uma manifestação conjunta dos relatores da ONU e da OEA, que alertaram para a ameaça à liberdade de imprensa no Brasil.

“Ameaças legais desse tipo comprometem qualquer possibilidade de denúncia no Brasil. Jornalistas que investigam casos de corrupção ou ações impróprias por autoridades públicas não devem ser submetidos a assédio judicial ou qualquer outro tipo de assédio em retaliação por seu trabalho”, disse David Kaye, Relator Especial das Nações Unidas para a Promoção e Proteção do Direito à Liberdade de Opinião e de Expressão.

“Esse tipo de imputação também pode ter um efeito inibitório geral nas investigações da imprensa.



Campanha do Fórum
Nacional pela Democratização
da Comunicação em Defesa
da Liberdade de Expressão

Todo nosso apoio a Glenn Greenwald. A covardia é típica dos homofóbicos e dos fascistas.



fnmc.org.br



Campanha do Fórum
Nacional pela Democratização
da Comunicação em Defesa
da Liberdade de Expressão



Portaria 666 é ameaça de Moro a Glenn Greenwald.

fnmc.org.br

**Calar
jamais!**

Campanha do Fórum
Nacional pela Democratização
da Comunicação em Defesa
da Liberdade de Expressão

Denúncia contra Glenn Greenwald atenta contra a liberdade de imprensa



fndc.org.br

Diante de qualquer medida que possa afetar o exercício da liberdade de expressão, os Estados devem garantir que as restrições sejam impostas por lei, que sirvam a um dos interesses legítimos reconhecidos pelo direito internacional e necessários e proporcionados para proteger esse interesse”, disse Edison Lanza, Relator Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Os relatores especiais lembram que, em julho de 2019, o presidente da República, Jair Bolsonaro, após a publicação dos artigos supracitados, afirmou que Greenwald poderia acabar preso e sugeriu que o jornalista se casasse com um cidadão brasileiro para evitar a deportação. Após ameaças de morte contra Greenwald, os relatores emitiram uma declaração na época destacando a gravidade dos ataques e instando o governo a tomar medidas para “prevenir, proteger, investigar e punir a violência” contra ele, sua família e outros jornalistas.

Os relatores insistem que as investigações criminais não devem ser usadas como uma ameaça ao trabalho jornalístico. As autoridades devem se abster de iniciar um processo contra jornalistas com base em acusações genéricas ou desproporcionais que criminalizam a circulação de informações de interesse público, protegidas pelo direito à liberdade de expressão, disseram eles.

Ambos os especialistas chamam a atenção para a conexão que esses processos têm com o direito à proteção de fontes jornalísticas, dado seu valor inestimável para a sociedade acessar informações de interesse público. Sem essa proteção, informações de alto interesse dificilmente assumiriam o status público. Os relatores especiais estão em contato com as autoridades brasileiras, que forneceram informações adicionais sobre uma investigação oficial em andamento sobre as ameaças relatadas por Greenwald e seu parceiro.



fndc.org.br

1.3 - Ataque misógino à jornalista Patrícia Campos Mello

Data: 12/2/2020 - 18/2/2020

Local: Brasília

Agente Violador: Hans River do Rio Nascimento

Vítima: Patrícia Campos Mello

NOTA DE SOLIDARIEDADE À JORNALISTA PATRÍCIA CAMPOS MELLO

fndc.org.br

Outro traço do governo Bolsonaro é a misoginia, o machismo. O presidente e seus seguidores escolheram como alvos principais as mulheres jornalistas que protagonizaram importantes reportagens e que levantaram suas vozes para denunciar os arroubos autoritários do governo.

A jornalista Patrícia Campos Mello foi uma das que mais sofreu ataques e ameaças depois de ter produzido uma série de reportagens mostrando como a campanha de Bolsonaro utilizou uma rede ilegal de disparos em massa de mensagens via de WhatsApp durante as eleições de 2018.

Durante o seu depoimento à CPMI das Fake News, em 11 de fevereiro, um ex-funcionário da empresa de marketing digital Yacows, Hans River do Rio Nascimento, atacou a dignidade da jornalista ao dizer que ela teria oferecido sexo em troca de informações para a reportagem da Folha.

Momentos depois, o jornal publicou matéria desmentindo a acusação misógina, com prints e outras provas da mentira.

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) endossou o discurso mentiroso e violento, seus seguidores a ampliaram, repetindo o ataque a Patrícia como

forma de tirar o foco das acusações de fraude eleitoral cometidas pela chapa Bolsonaro-Guedes.

De acordo com a denúncia divulgada pela campanha Calar Jamais, “a difamação contra Patrícia é produto do machismo profundo da nossa sociedade. Mulheres jornalistas sofrem ataques sexistas o tempo todo, de todos os lados, mas a articulação dos partidários do Bolsonarismo para desqualificar Patrícia e seu trabalho premiado choca ainda mais pela insistência numa mentira evidente. O episódio, infelizmente, é mais uma amostra do viés fascista do bolsonarismo, que não mede esforços para destruir a imagem de pessoas e grupos que elegem como inimigos”.

1.4 - Bolsonaristas atacam jornalista nas redes sociais

Data: 26/02/2020

Local: Brasil

Agente violador: apoiadores de Bolsonaro

Vítima: Vera Magalhães

A jornalista Vera Magalhães, apresentadora do Roda Viva e colunista d'O Estado de S. Paulo, também foi alvo do ataque articulado pela rede de bolsonaristas nas redes sociais após revelar, no site BR Político, do qual é editora, que o presidente Jair Bolsonaro compartilhou, via WhatsApp, um vídeo convocando seus apoiadores para o ato golpista do dia 15 de março.

As expressões utilizadas contra Vera a atacaram moral e profissionalmente, num tom extremamente depreciativo,

O próprio presidente Jair Bolsonaro atacou a jornalista durante conversa com repórteres em frente ao Palácio da Alvorada.

Desprezando a dignidade, a honra e o decoro que a legislação exige de um presidente da República, Bolsonaro repetiu a mentira, já amplamente exposta, de que a jornalista teria se insinuado sexualmente em troca de informações sobre a usina de desinformação que turbinou sua campanha eleitoral em 2018.

Bolsonaro afirmou que os repórteres deveriam aprender a interpretar textos, ampliando seu ataque para toda a imprensa.



reafirmando a violenta misoginia e a incapacidade de conviver com a liberdade de imprensa, típicas do bolsonarismo.

Embora o vídeo compartilhado por Bolsonaro se resuma a fazer propaganda de sua atuação política em tom messiânico e proselitista, o ato marcado para o dia 15/3 defendia o fechamento do Congresso Nacional e a instituição de um novo AI-5.



1.5 - Agressão a repórter em manifestação bolsonarista

Data: 17/5/2020

Local: Brasil

Agente violador: apoiadores de Bolsonaro

Vítima: Clarissa Oliveira

A repórter Clarissa Oliveira (Band News) foi agredida com a haste de uma bandeira pela servidora pública Angela Berger, em 17 de maio de 2020, em Brasília, durante manifestação promovida pelos apoiadores de Bolsonaro.

Os atos, estimulados pelo presidente, têm exacerbado o direito à livre manifestação ao defender intervenção militar, fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e fim das

medidas de distanciamento social impostas por governadores para conter o contágio por Covid-19.

Em Belo Horizonte, o Sindicato dos Jornalistas denunciou pichação incentivando o assassinado de jornalistas num tapume localizado na região hospitalar. A entidade pediu a abertura de inquérito à Polícia Civil, que busca identificar o autor ou os atores das mensagens.



1.6 - Bolsonaro e apoiadores agridem jornalistas no Palácio do Planalto

Data: 26/5/2020

Local: Brasília

Agente violador: Bolsonaro e Apoiadores de Bolsonaro

Vítima: Jornalistas

Jornalistas e demais profissionais que cobriam o presidente da República em Brasília, no espaço reservado aos meios de comunicação em frente ao Palácio da Alvorada, passaram a ser alvo dos mais variados ataques. Ameaças

e agressões partiam do próprio presidente da República, de sua equipe e de apoiadores que toda manhã se reúnem em frente à residência oficial do presidente. Em 5 de maio, Bolsonaro mandou que jornalistas calassem a boca.

Diante da insegurança para as equipes de repórteres que estavam em frente ao Alvorada exercendo seu ofício, alguns grupos de comunicação como Folha de São Paulo, Globo e Band resolveram retirar suas equipes do local.

O anúncio da medida foi feito no dia 25 de maio de 2020 e foi mais um episódio que evidenciou a degradação da democracia no país e o elevado risco para o exercício da atividade profissional para jornalistas sob o governo de Bolsonaro.

A escalada de ataques desferidos por Bolsonaro contra jornalistas e a imprensa, incentiva a seus seguidores a realizarem agressões físicas e morais contra equipes de reportagens

em atos pró-governo e na entrada do Palácio da Alvorada - chamado “cercadinho”. Somente em maio de 2020, três jornalistas foram agredidos fisicamente por bolsonaristas durante manifestações.

Na denúncia divulgada pela campanha Calar Jamais, o alerta para o desprezo pelas instituições democráticas foi ilustrado pelo aumento do número de ataques aos jornalistas. De acordo com o Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil 2019, produzido pela Federação Nacional dos Jornalistas – Fenaj, esse crescimento foi de 54% em 2019. Em quase 60% dos casos, os ataques partiram do próprio presidente.



Os ataques de Bolsonaro à imprensa criaram um ambiente permissivo no qual instituições passaram a se sentir no direito de questionar a atividade de meios de comunicação e de seus profissionais, instalando no país um cenário de intimidação e perseguição totalmente incompatíveis com o Estado Democrático de Direito.

1.7 - Entidade policial tenta intimidar chargistas

Data: 14/6/2020

Local: São Paulo

Agente violador: Associação dos Oficiais Militares de São Paulo em Defesa da Polícia Militar

Vítima: Folha de S. Paulo/chargistas

Foi o que aconteceu em junho de 2020, quando a Folha de S. Paulo noticiou que o jornal e cinco chargistas que trabalham para a empresa foram questionados pela Associação dos Oficiais Militares de São Paulo em Defesa da Polícia Militar (Defenda PM) com um pedido de explicações por charges críticas à violência policial.

De acordo com a notícia divulgada pelo jornal em 14 de junho, os cartuns questionados foram publicados em dezembro de 2019, no contexto da violenta ação policial que resultou na morte de nove pessoas num baile funk na madrugada do dia 1º, no bairro paulistano de Paraisópolis. De acordo com o jornal, a Defesa PM “considerou as charges ‘constrangedoras’ a ela e a seus cerca de 2 mil associados”.

A reação da entidade, embora tardia (em torno de seis meses após a publicação das charges), é mais um ataque à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa desferido por parte de grupos autoritários. “É evidente que as charges só constrangem àqueles que querem anular a realidade brutal que alimentam com corporativismo, autoritarismo e com o total menosprezo aos mínimos

princípios democráticos”, salientou a campanha Calar Jamais.

Ao interpelar judicialmente os cartunistas e o jornal, a Defesa PM estava, na realidade, ameaçando-os com a possibilidade de ação penal. Os questionamentos da entidade em torno das charges eram:

- 1) se os desenhos se referiam a algum episódio específico;
- 2) se houve intenção de desqualificar profissionalmente integrantes das forças policiais;
- 3) e sobre havia algum tipo de arrependimento por parte de seus autores sobre as obras.

A campanha Calar Jamais ressaltou que somente no primeiro trimestre de 2020, a PM matou 255 pessoas em São Paulo, e rechaçou o cinismo violento contido nos questionamentos.

1.8 - Bolsonaro ameaça jornalista e chargista com Lei de Segurança Nacional

Data: 15/06/2020

Local: Brasília

Agente violador: Presidência da República; Secretária Especial de Comunicação; Ministro da Justiça André Mendonça

Vítima: Ricardo Noblat e Renato Aroeira

O governo de Jair Bolsonaro passou a utilizar a Lei de Segurança Nacional (Lei 7170/1983), então vigente, como instrumento de intimidação contra jornalistas, comunicadores e veículos de comunicação.

Em 15/06/2020 a Secretaria Especial



de Comunicação (Secom) do governo federal publicou post em seu perfil oficial no Twitter afirmando que iria processar o jornalista Ricardo

Noblat e o cartunista Renato Aroeira por uma charge que vinculava Bolsonaro ao nazismo.

Na sequência, o ministro da Justiça, André Mendonça, avisou, também usando sua conta no Twitter, que havia solicitado à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal que abrissem inquérito contra Noblat, por alusão à prática de nazismo pelo presidente da República, com base na Lei de Segurança Nacional.

Noblat, no entanto, lembrou que Bolsonaro já o processou duas vezes por publicar charges de outros autores fazendo paralelo entre Bolsonaro e Hitler, sem sucesso. “Nos dois eu ganhei”, explicou o jornalista.

No entanto, em muitos episódios nos quais integrantes do governo e o próprio presidente fizeram alusão ou

apologia ao nazismo não houve por parte de nenhuma instituição do Estado alguma manifestação de indignação. Ao contrário. Pra citar apenas três episódios em que houve alusão ou apologia ao nazismo, lembramos o discurso do ex-ministro Roberto Alvim parafraseando Joseph Goebbels (causou sua demissão após as reações públicas); o episódio no qual Bolsonaro repetiu em uma de suas lives no YouTube o gesto em código de neonazistas que tomam leite como forma de comunicar, sublinharmente, seu ideário de “supremacia branca”; e postagem da própria Secom usando a frase “O trabalho liberta”, consagrada pelo leiteiro dos portões à entrada do campo de extermínio de Auschwitz.

Apesar do discurso de indignação, o aviso é mais um ataque do governo à liberdade de expressão e de imprensa.

1.9 - prisão de jornalista

Data: 17/06/2020

Local: Piauí

Agente violador: Judiciário

Vítima: Arimatéia Azevedo

O jornalista Arimatéia Azevedo, proprietário do portal AZ, no Piauí, passou meses preso após condenado a oito anos de prisão pelo crime de extorsão. A prisão de Azevedo foi à revelia da recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de que presos com comorbidades devem ter prisão domiciliar durante a pandemia da Covid-19.

De acordo com a filha do jornalista, Maria Tereza Azevedo, pai é hipertenso, pré-diabético, tem pneumonia recorrente, derrame na pleura e usa um “stent” na perna. Em outubro de 2022, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, converteu a prisão preventiva em domiciliar ao jornalista Arimateia Azevedo, devido a



sua condição de saúde. Em nota, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Piauí (Sindjor-PI), afirmou que a prisão é uma medida desproporcional, já que Azevedo tem trabalho e residência fixos e “reconhecido respeito de seus pares e da comunidade”.

O Sinjor-PI critica, ainda, o fato de

o portal de notícias do jornalista ter sido submetido a medidas restritivas à veiculação de dados relacionados à ação judicial, que tramita em segredo de justiça. Na chamada da coluna de Azevedo, o portal vem mantendo uma foto sua com uma tarja na boca, para denunciar que está sendo submetido à censura.



A mídia alternativa continua sendo alvo da judicialização da censura, expediente que utiliza de processos judiciais para tentar intimidar e calar jornalistas e veículos de comunicação. A tática não é nova, mas seu emprego cresceu vertiginosamente sob Bolsonaro.

A censura imposta ao Jornal GGN pelo juiz Leonardo Grandmasson Ferreira Chaves, da 32ª Vara Cível do Rio de Janeiro, é resultado do deferimento de pedido do banco BTG Pactual. Acolhendo a “denúncia” do banco contra o veículo de comunicação, Chaves determinou a retirada de 11 reportagens do site, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil.

As reportagens censuradas revelavam desde o favorecimento do BTG numa

1.10 - Censura ao site GGN

Data: 1/9/2020

Local: Rio de Janeiro

Agente violador: Judiciário/Banco BTG Pactual

Vítima: Luis Nassif e Patricia Faerman/Portal GGN Brasil

licitação da Zona Azul da Prefeitura de São Paulo até uma negociação de créditos podres entre a instituição de Paulo Guedes e o Banco do Brasil.

Para a jornalista Patricia Faerman, autora das reportagens junto com o editor do site, o jornalista Luis Nassif, o processo do BTG é um “exemplo claro de pressão contra um jornal que traz à luz pública esquemas de favorecimento, contratos milionários e sem transparência”.

A censura ao GGN teve ampla repercussão. No Twitter, personalidades como a ex-presidenta Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula manifestaram repúdio. Entidades como OAB e Associação Brasileira de Imprensa (ABI) também condenaram a decisão.



1.11 - Prefeito Marcelo Crivella dificulta trabalho de repórteres

Data: 1/9/2020

Local: Rio de Janeiro

Agente violador: Assessores do prefeito Marcelo Crivella

Vítima: Nathália Castro e Ben Hur Correia, entre outros jornalistas

No Rio de Janeiro, durante uma das fases mais duras da pandemia, o prefeito Marcelo Crivella organizou um grupo de funcionários, pagos com dinheiro público, para criarem e se infiltrarem em grupos de WhatsApp e ocuparem a porta de hospitais e centros de saúde para tentar impedir que cidadãos denunciasses os problemas no atendimento à saúde na cidade. Números dos telefones do próprio prefeito, Marcelo Crivella, e de membros do primeiro escalão foram identificados nesses grupos.

A “missão” do grupo era interromper reportagens que abordassem as dificuldades enfrentadas pelos usuários da saúde na capital fluminense. A denúncia foi feita pelo jornal local RJ2 em 1º de setembro de 2020.

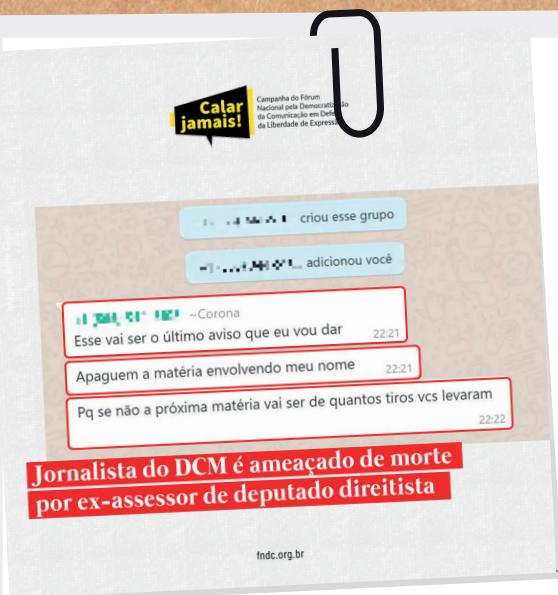
A reportagem mostrava a atuação dos grupos de servidores em frente aos hospitais. Os ataques aconteciam sempre que eles percebiam

que os entrevistados faziam críticas à qualidade do serviço.

Um dos “guardiões”, como foram apelidados, chegou a chamar uma mulher de “comunista” e alardeava que ele era “patriota” enquanto impedia a usuária de continuar dando seu depoimento à repórter Nathália Castro em 20 de agosto. Alguns dias depois, o repórter Ben Hur Correia teve que interromper outra reportagem por causa dos insultos.

O grupo era coordenado por um assessor especial do gabinete do prefeito Marcelo Crivella, Marcos Paulo de Oliveira Luciano, via WhatsApp.

Em denúncia na campanha Calar Jamais, o FNDC alerta para a gravidade de a prefeitura usar funcionários em cargos comissionados para constranger, intimidar e, no limite, impedir o livre trabalho jornalístico da imprensa.



1.12 - Jornalista sofre ameaça de morte por matéria sobre discurso de ódio nas redes sociais

Data: 5/10/2020

Local: São Paulo

Agente violador: ex-assessor do deputado estadual Conte Lopes (PP-SP), Leonardo Atonio Corona Ramos.

Vítima: Pedro Zambarda

O jornalista Pedro Zambarda, repórter do site Diário do Centro do Mundo, foi alvo de ameaças de morte por apurar e publicar matéria a respeito da propagação de conteúdo de ódio nas redes sociais por representantes da direita.

O autor da ameaça foi o ex-assessor do deputado estadual Conte Lopes (PP-SP), Leonardo Antonio Corona Ramos. Em mensagem enviada no dia 29 de setembro, Corona exigia que uma matéria publicada por

Zambarda relatando as ameaças do assessor contra outra jornalista fosse retirada do site, “pq (sic) se não a próxima matéria vai ser de quantos tiros vcs (sic) levaram”.

Ameaças de morte contra qualquer cidadão ou cidadã é um crime grave, mas quando o alvo é um jornalista no exercício de sua profissão, reveste-se de gravidade ainda maior, pois atenta contra a liberdade de expressão e de imprensa, resguardadas pela Constituição Federal.



1.13 - Rádio comunitária sofre depredação

Data: 22/10/2020

Local: Pará

Agente violador: Não identificado

Vítima: Rádio comunitária Arucará

A perseguição contra comunicadores e comunicadoras sociais, jornalistas, radialistas e todos que atuam em rádios comunitárias do país é uma triste realidade no Brasil. Acabar com a criminalização da radiodifusão comunitária é uma dívida histórica que

o Estado tem com a sociedade.

No governo Bolsonaro, esses atentados à democracia explodiram e os sucessivos ataques à imprensa e aos meios de comunicação geraram um ambiente no qual as rádios comunitárias ficaram

ainda mais expostas à violência. Foi o que aconteceu na comunidade de Portel, no Pará, onde a equipe da rádio comunitária Arucarã (104.9 FM), foi alvo de um atentado durante a madrugada do dia 20 de outubro de 2020.

O ataque danificou equipamentos, como microfones, mesa de áudio, computadores e transmissor. Cabos e fios foram cortados. De acordo com o diretor da rádio, o prejuízo girou em torno de R\$ 30 mil reais. Em nota, a Abraço afirma que “o maior dos danos foi causado à população do município, que, com a rádio parada, ficou privada do direito à informação e à participação”. As investigações da Polícia Civil ado-

tam a hipótese de motivação política para o crime. O objetivo do ataque seria impedir a transmissão do horário eleitoral gratuito no município, já que era a emissora a responsável pela transmissão dos spots eleitorais. Por isso, a cópia do Boletim de Ocorrência foi encaminhada ao juiz eleitoral, responsável pelo Cartório Eleitoral da 4ª Zona Eleitoral, comunicando a interceptação nas transmissões autorizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral.

No dia 10 de outubro de 2018, durante o período eleitoral, a Rádio Educadora Comunitária de Gurupá também foi alvo de atentado político em contexto eleitoral.



1.14 - Monitoramento de jornalistas pelo governo Bolsonaro

Data: 20/11/2020 - 1º/12/2020

Local: Brasília

Agente violador: Secretária de Comunicação/Presidência da República

Vítimas: jornalistas, parlamentares e influencers

As violações à liberdade de imprensa e à liberdade de expressão podem se dar de muitas maneiras. Não é apenas através da censura e das múltiplas formas de agressão a jornalistas e a comunicadores que ela se manifesta. Práticas de monitoramento da atividade e da vida de jornalistas,

através de instrumentos e mecanismos que afetam a privacidade e a segurança das comunicações desses profissionais, também são violações graves contra o ofício.

Vigiar jornalistas é uma prática repudiada internacionalmente. No

Brasil, isso aconteceu de forma indiscriminada durante a ditadura militar, utilizando recursos como escutas e grampos telefônicos. Atualmente, os mecanismos de monitoramento se sofisticaram, ao mesmo tempo que se tornaram mais facilitados em razão da superexposição aos quais estamos submetidos em redes sociais e na internet.

Aproveitando as “facilidades” oferecidas pelos inúmeros serviços de vigilância e espionagem e também por empresas que se especializam em seguir perfis em redes sociais, o governo Bolsonaro contratou a empresa BR+ Comunicação para produzir relatório com monitoramento de jornalistas e parlamentares. A denúncia foi feita pelos colunistas Guilherme Amado, Eduardo Barreto e Naomi Matsui, da revista Época.

No contrato firmado pela Secretaria de Governo (Segov) e pela Secretaria de Comunicação (Secom) e utilizado pelo Ministério da Economia a empresa se encarregaria de produzir relatórios com informações sobre posicionamentos de jornalistas e parlamentares sobre variados temas em debate público e sobre o governo como um todo. O mapeamento apontava a posição de jornalistas entre positivas, neutras ou negativas. Além disso, trazia recomendações de ações do governo de acordo com cada perfil. O governo classificou os documentos como sigilosos, alegando serem conteúdo de “trabalho autoral”.



Mesmo assim, logo após a primeira denúncia, no dia 01 de dezembro, um dos relatórios produzidos para o governo veio a público. Nele, jornalistas e influenciadores foram classificados como “detratores” ou “favoráveis”. De acordo com as notícias publicadas, o “Mapa de Influenciadores” foi produzido pela BR+ Comunicação a pedido do Ministério da Economia (ME). A empresa tem contrato no valor de R\$ 2,7 milhões com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC), que é aproveitado pelo ME por meio de Termo de Execução Descentralizada.

No total, foram listados 81 nomes, sendo 51 “detratores”, oito “neutros informativos” e 23 “favoráveis”.

A campanha Calar Jamais classificou o monitoramento como uma ação típica de governos ditatoriais e exigiu apuração por parte das autoridades competentes.



1.15 - Censura a reportagens sobre denúncia de racismo

Data: 23/12/2020

Local: São Paulo

Agente violador: Judiciário/agência de comunicação e marketing Newswire

Vítima: sites Ponte Jornalismo e Alma Preta, Yahoo Notícias e Rádio Jacutinga/empresária Luanna Teofillo

A empresária Luanna Teofillo foi censurada pelo desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, Dr. Piva Rodrigues, que determinou, em dezembro de 2020, a exclusão de entrevistas concedidas por ela aos sites Ponte Jornalismo e Alma Preta, denunciando o racismo que sofreu quando era funcionária da agência de comunicação e marketing Newswire, no ano de 2016. A presidente da empresa, Thais Cristina Baptista Antonioli, mandou que Luanna tirasse suas tranças do cabelo. “Tira isso”, disse a dona da empresa para Luanna.

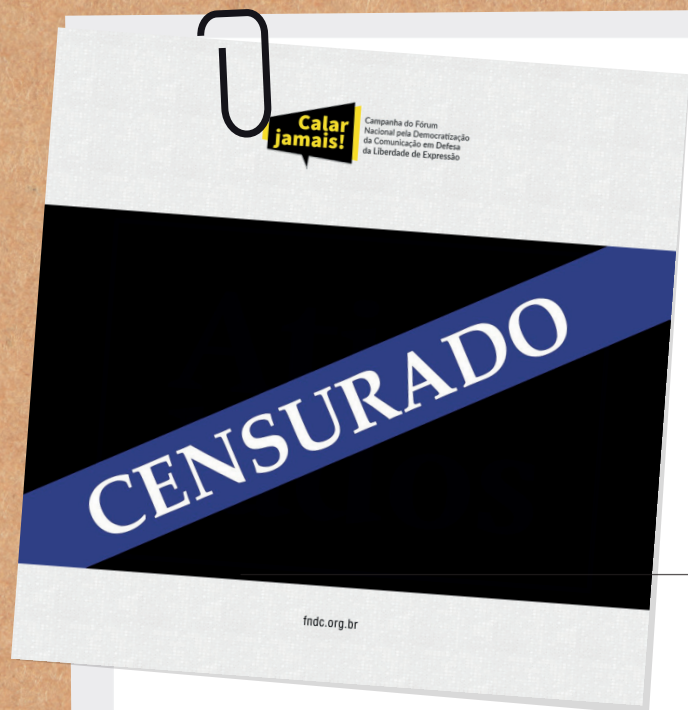
A censura foi resultado de uma ação por danos morais movida por Thais Cristina Baptista Antonioli, presidente da PR Newswire Brasil, contra sua ex-funcionária. Nenhum dos veículos afetados era parte do processo.

Luanna tentou abrir uma queixa-crime contra a presidente da PR Newswire Brasil na Polícia Civil, mas o inquérito foi arquivado antes de chegar ao Ministério Público. Ao invés disso, Luanna foi quem acabou processada e perdeu na primeira e na segunda

instâncias na Justiça trabalhista, tendo de pagar R\$ 15 mil, incluindo danos morais e custos advocatícios, à PR Newswire por imputar uma prática preconceituosa à empresa nas redes sociais, em razão de uma postagem feita em 2019 no LinkedIn e que foi rapidamente excluída. Na época, ela também criou uma página na rede social Facebook, chamada #TiraIsso, para denunciar crimes de racismo em ambientes de trabalho.

Na ocasião de sua condenação, Luanna concedeu entrevistas aos sites Ponte Jornalismo e Alma Preta, que foram alvos da ação deferida pelo desembargador. Os dois sites, mais o site Yahoo Notícias e Rádio Jacutinga, que haviam publicado o mesmo conteúdo, foram obrigados a retirar as entrevistas do ar.

A ordem acabou derrubada no STF (Supremo Tribunal Federal), em março de 2021, e as reportagens voltaram ao ar. O ministro Luís Roberto Barroso argumentou que se tratava de publicação de interesse público, tendo em vista a gravidade do fato.



1.16 - Censura a reportagens sobre suposta fraude no mercado imobiliário

Data: 23/12/2020

Local: Goiás

Agente violador: Judiciário/juíza aposentada e advogada Maria Luiza Póvoa Cruz

Vítima: site Atilados e Jornal da Sucesso

Com apenas 45 dias de existência, o site Atilados foi alvo de censura judicial. O projeto, desenvolvido por jovens profissionais de Goiás para incentivar a produção de reportagens investigativas no Estado, tinha acabado de estreiar a série “Defesa Ardil - As ligações da ex-juíza e advogada de famosos Maria Luiza Póvoa Cruz”, que revelava as relações de uma advogada e juíza aposentada com uma suposta fraude no mercado imobiliário.

A ex-juíza ingressou com ação para que as reportagens fossem retiradas do ar. O juiz William Costa Mello, da 30ª Vara Cível de Goiânia, acatou o pedido e determinou a exclusão dos conteúdos tanto do site, do perfil do Atilados no Instagram (@atilados-br). Determinou também a exclusão das gravações do Jornal da Sucesso, divulgadas no YouTube.

O juiz determinou, ainda, que os dois veículos se “abstenham de praticar qualquer ato desabonador relacionado à requerente” e estipulou multa diária de R\$ 1 mil se a decisão não fosse cumprida.

Em nota de repúdio, a Fenaj e o Sindicato de Jornalistas de Goiás afirmaram que a “censura judicial é um atentado à liberdade de informação jornalística, garantida pela Constituição Federal”. Também alertaram para o perigo da utilização da Justiça para intimidar jornalistas.

Em 17 de dezembro de 2020, o juiz plantonista Ronnie Paes Sandre tinha rejeitado a primeira tentativa de censura. “Fomos surpreendidos com essa retaliação que não deixa de ser uma estratégia para calar o jornalismo independente”, afirma Yago Sales, editor-chefe e cofundador do Atilados.

“Repercutimos a reportagem do Atilados no programa de rádio e demos espaço para se defenderem, mas decidiram nos processar. Acharam melhor usar a influência no Judiciário para censurar”, disse o locutor Messias Nogueira, que apresenta o programa Jornal da Sucesso.

Além dos repórteres do Atilados, a determinação silencia Messias da Gente e Ravena Carvalho, ambos âncoras do Jornal Sucesso.

O magistrado impôs censura prévia ao site, ao determinar que o Atilados não publicasse mais reportagens ou documentos sobre Maria Luiza, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil. O juiz ainda decidiu “imediata exibição de todos os documentos que os Requeridos [Atilados] informam estar em posse, considerando ser documentos pessoais e sigilosos pertencentes à Requerente [Maria Luiza] e mais, possivelmente extraídos de dossiê já discutido judicialmente.”

O magistrado se referiu a Marcus Flexa

Medeiros, que já trabalhou para Maria Luiza e seu filho, Valdemiro Saraiva da Cruz Neto. A advogada alega que a reportagem está em “conluio” com o corretor de imóveis que, inclusive, está impedido de falar sobre a juíza aposentada por conta de uma medida cautelar concedida pelo mesmo magistrado que, agora, obriga o Atilados a retirar reportagens e interromper a série de reportagens “Defesa Ardil”, que conta com cinco textos.

O site e as redes sociais do Atilados não estão mais em funcionamento.



1.17 - Governo Bolsonaro investiga jornalista por artigo de opinião

Data: 13/1/2021

Local: Brasília

Agente violador: Ministro da Justiça, André Mendonça/Polícia Federal

Vítima: Ruy Castro e Ricardo Noblat

O ministro da Justiça, André Mendonça, ameaçou o escritor Ruy Castro e o jornalista Ricardo Noblat com abertura de inquérito policial por uma coluna escrita por Castro no jornal “Folha de S.Paulo”. Noblat compartilhou o texto em seu perfil no Twitter e foi incluído na ameaça.

A coluna de Ruy Castro ironizava o presidente estadunidense, Donald Trump, após a crise da invasão do Capitólio. O escritor disse que se o presidente americano desejasse se tornar um “mártir”,

herói” ou “ícone” para seus seguidores, poderia se matar. E faz em seguida uma analogia com Getúlio Vargas.

Num outro trecho, em razão do apoio que Bolsonaro sempre concedeu ao líder conservador norte-americano, Castro diz: “Se Trump optar pelo suicídio, Bolsonaro deveria imitá-lo. Mas para que esperar pela derrota na eleição? Por que não fazer isso hoje, já, agora, neste momento? Para o bem do Brasil, nenhum minuto sem Bolsonaro será cedo demais”, diz.

O artigo motivou uma avalanche de reações dos bolsonaristas nas redes sociais. Que Bolsonaro e seus seguidores não tenham gostado da coluna faz parte. Mas ameaçar usar a Polícia Federal para investigar o autor do texto e o jornalista Ricardo Noblat, que o compartilhou no Twitter, motivado por um simples artigo de

opinião, configura abuso de poder e tentativa de intimidação, não apenas contra Castro e Noblat, mas contra todos os profissionais de imprensa. Atitudes como essa partindo do primeiro escalão do governo federal é um recado para que os jornalistas se calem. Ou seja, mais uma violação à liberdade de imprensa.



1.18 - Ataques hackers tiram site de ONG do ar

Data: 13/1/2021

Local: Brasília

Agente violador: Não identificado

Vítima: Ong Repórter Brasil/Leonardo Sakamoto

O site da ONG Repórter Brasil foi alvo de uma série de ataques no início de 2021. A página chegou a ser retirada do ar por dois dias.

O objetivo dos invasores era que algumas reportagens produzidas pela organização fossem apagadas. O primeiro ataque aconteceu em 6 de janeiro, quando o site ficou fora do ar por algumas horas. Um e-mail anônimo foi enviado pouco depois: “Como devem ter percebido vcs (sic) passaram por alguns problemas técnicos na ultima data. Para que isso não ocorra novamente removam as matérias nas pastas de 2003, 2004, 2005 [sic]”.... –

Como a Repórter Brasil não atendeu à chantagem e às ameaças dos invasores, no dia seguinte (07/01/2021) a sede da organização foi alvo de uma tentativa de invasão física, frustrada com a chegada de vizinhos. Na sexta (8), os criminosos deram um ultimato: “vamos esperar até 11/01 para que atendam nossas solicitações...” E, conforme a ameaça, os ataques voltaram com força, mantendo o site fora do ar por algumas horas.

A Repórter Brasil existe há 22 anos. De acordo com o perfil institucional publicado no site da organização, “suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodolo-

gias educacionais têm sido usadas por lideranças do poder público, do setor empresarial e da sociedade civil como instrumentos para combater a escravidão contemporânea, um problema que afeta milhares de pessoas.”

De acordo com o jornalista Leonardo Sakamoto, diretor da ONG, foram

registrados boletins de ocorrência na Polícia Civil de São Paulo e comunicado ao Ministério Público Federal, entre outras instituições competentes. Mas tanto o site da organização, quanto seus repórteres e diretores sofrem ameaças e são alvo de medidas judiciais com o objetivo de excluir reportagens constantemente.



1.19 - Jair Bolsonaro ataca jornalistas com palavrões

Data: 28/1/2021

Local: Brasília

Agente violador: Presidente da República, Jair Bolsonaro

Vítima: Jornalistas

Em 27 de janeiro de 2021, indignado com a repercussão da reportagem do Metrô sobre os gastos do governo federal com alimentos, Jair Bolsonaro recorreu ao estilo violento e rude que o caracteriza para afirmar que o governo teria comprado leite condensado para “enfiar no r*** da imprensa”.

O episódio foi registrado durante evento privado com cantores, empresários, assessores, ministros e apoiadores, numa churrascaria

em Brasília, tendo sido reproduzido massivamente nas redes sociais.

A campanha Calar Jamais registrou, na época, a indignação com “os atos da caricatura de brucutu que ocupa a Presidência da República. Como se não nos bastassem o recrudescimento da pandemia e a crise social e econômica que ela aprofunda, temos no centro do Executivo Federal uma figura que trata a indignação pública com vulgaridade e menosprezo”.

**Calar
jamais!**

Campanha do Fórum
Nacional pela Democratização
da Comunicação em Defesa
da Liberdade de Expressão

"O certo é tirar de circulação"

Jair Bolsonaro sobre jornais O Globo,
Folha de S. Paulo e Estadão.

fndc.org.br

1.20 - Jair Bolsonaro fala em tirar jornais de circulação

Data: 16/2/2021

Local: Brasília

Agente violador: Presidente
da República, Jair Bolsonaro

Vítima: O Globo, Folha de
S. Paulo, Estadão e o site O
Antagonista

Pressionado em razão do alto preço dos combustíveis e alvo de manifestações por parte de caminhoneiros e outros segmentos de transporte – que compunham sua base de apoio – o presidente Jair Bolsonaro usou, em fevereiro de 2021, suas redes sociais para dizer que os valores dos combustíveis estavam altos porque haveria uma “bitributação” o presidente fez tal afirmação num tom de acusação. Bolsonaro conclamou seus apoiadores, então, a fazerem fotos das notas fiscais quando abastecessem seus automóveis, e enviassem para ele.

Em seguida, Bolsonaro afirmou que o Facebook teria feito restrições para impedir que ele recebesse as imagens enviadas por apoiadores mostrando os impostos cobrados nos postos de combustíveis. Acusando a medida de censura e atacando a plataforma, Bolsonaro também aproveitou para dizer que

são os jornais que mais espalham fake news e, então, o “certo” seria fechar esses veículos.

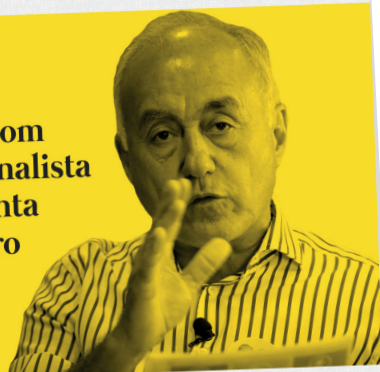
“O certo é tirar de circulação Globo, Folha de S. Paulo, Estadão, Antagonista. São fábricas de fake news. Agora, deixa o povo se libertar, ter liberdade. Logicamente, se alguém extrapolar alguma coisa, tem a Justiça para recorrer. Agora o Facebook vir bloquear a mim (sic) e a população. É inacreditável que isso impere no Brasil. E não há reação da própria mídia”.

Dizendo-se “um democrata”, Bolsonaro afirmou que não tomaria medidas para, de fato, tirar jornais de circulação. No entanto, ao atacar novamente a imprensa, estimula uma cultura de ódio e violência contra jornalistas – elemento mais vulnerável das empresas de comunicação, além de promover a disseminação de boatos e notícias falsas.

Calar
jamais!

Campanha do Fórum
Nacional pela Democratização
da Comunicação em Defesa
da Liberdade de Expressão

Tião Bocalom demite jornalista por pergunta a Bolsonaro



fndc.org.br

1.21 - Demissão de jornalista por pergunta a Jair Bolsonaro

Data: 26/2/2021

Local: Acre

Agente violador: prefeito de Rio
Branco, Tião Bocalom

Vítima: João Renato Jácome

O prefeito de Rio Branco, Tião Bocalom (PP), demitiu o jornalista João Renato Jácome por ter perguntado a Jair Bolsonaro sua posição em relação à decisão do STJ de anular a quebra dos sigilos fiscal e bancário do senador Flávio Bolsonaro. Irritado, Jair encerrou a entrevista coletiva sem responder, como em outras ocasiões anteriores.

Jácome ocupava o cargo de chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Oficialmente, Bocalom negou que a demissão tenha sido motivada pelo simples exercício profissional do jornalista. Ao site Con-

gresso em Foco, o prefeito declarou ter demitido o jornalista “porque ele estava em horário de serviço, trabalhando para o jornal Estadão. Como comissionado ele não poderia fazer isso”.

Jácome explicou que no dia da coletiva estava de folga da chefia do gabinete. “Folga de quê? Não tem folga, não”, rebateu o prefeito.

A demissão foi claramente uma retaliação política ao jornalista e evidencia as atitudes ditatoriais de Bolsonaro, que vê a imprensa como inimiga e ataca jornalistas sempre que se sente confrontado ou mesmo acuado.

1.22 - Vereador Carlos Bolsonaro denuncia Youtuber

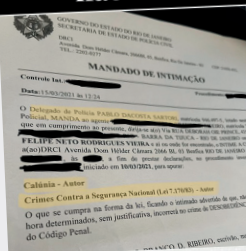
Data: 15/3/2021

Local: Rio de Janeiro

Agente violador: Carlos Bolsonaro

Vítima: influenciador Felipe Neto

Dizer que Bolsonaro é “genocida” não é calúnia, é constatação!



fndc.org.br

Carlos Bolsonaro prestou queixa à Polícia Civil do Rio de Janeiro contra o influenciador Felipe Neto por ter chamado seu pai de “genocida”. A queixa motivou a abertura de investigação no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. A base da denúncia contra

Felipe Neto foi a (então em vigor) Lei de Segurança Nacional.

Felipe Neto chegou a ser intimado pela Polícia Civil carioca para prestar depoimento. O YouTuber não compareceu. Mas, pouco depois da abertura do processo, o próprio Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro emitiu nota afirmando que não possuía atribuição legal para investigar os supostos crimes imputados a Felipe Neto. O TJ-RJ afirmou, também, que Carlos Bolsonaro não tinha legitimidade para deflagrar o processo, “já

que ele não é membro do Ministério Público, não é militar responsável pela segurança interna, nem é Ministro de Justiça”, dizia a nota assinada pela juíza Gisele Guida de Faria.

Essa não foi a primeira vez que apoiadores de Bolsonaro ou integrantes do seu governo tentaram utilizar a Lei de Segurança Nacional para calar opositores. Tal situação expõe o uso distorcido e abusivo da legislação, considerada incompatível com o Estado Democrático de Direito a partir da Constituição de 1988.



1.23 - Série de agressão de jornalistas por apoiadores de Bolsonaro

Data: 16/3/2021

Local: Goiás, Minas Gerais, Bahia, Maranhão

Agente violador: Apoiadores de Bolsonaro

Vítima: Jornalistas

Num final de semana em que manifestações em apoio a Bolsonaro aconteceram pelo país, pelo menos quatro jornalistas foram vítimas de agressões verbais e físicas por parte de bolsonaristas. Dois casos aconteceram durante as manifestações de domingo (14/3). Outra, aconteceu em Goiás (15/3), durante manifestação contra o fechamento do comércio. No sábado (13/3), um jornalista de Codó-MA foi agredido por um assessor da prefeitura. Todos os casos guardam um objetivo em comum: tentar intimidar e silenciar os profissionais.

Em Goiás, no dia 15/3, jornalistas da TV Serra Dourada, jornal O Popular e site E Mais Goiás foram agredidos durante o trabalho de cobertura de uma manifestação contra o fechamento do comércio.

No domingo, um repórter fotográfico do Estado de Minas foi hostilizado e agredido por manifestantes de um ato pró-Bolsonaro na capital mineira. O vídeo com as agressões foi publicado em vários sites. Chamado de “comunista”, o profissional também foi agredido com um capacete por um dos participantes.

Em Salvador-BA, a repórter fotográfica Paula Fróes, do jornal Correio, foi agredida verbalmente também na manifestação bolsonarista no domingo. A profissional foi chamada de “palhaça” e “vagabunda”, entre outras ofensas, enquanto trabalhava.

No sábado, o jornalista Marco Silva foi ameaçado pelo ex-candidato a vereador pelo PSL Mizael Santana da Silva. O caso aconteceu em Codó-MA. De acordo a Fenaj, um dia antes da agressão Marco noticiara em seu blog que Mizael havia sido nomeado para cargo comissionado na Secretaria da Casa Civil da Prefeitura de Codó e que, segundo uma fonte,

sua função era ser uma espécie de fiscal do prefeito Zé Francisco.

Ao avistar Marco na rua, parado em seu carro, Mizael teria perguntado o que o jornalista teria contra ele, ao ouvir “nada” como resposta, o servidor comissionado passou a desferir murros no capô e no vidro dianteiro do veículo do jornalista.

O episódio é mais um da escalada de hostilidade contra jornalistas. Dado da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) aponta um aumento de 105% dos casos em relação a 2019. Jair Bolsonaro, aliás, foi responsável por 40% das agressões.



1.24 - Incêndio criminoso em sede de jornal

Data: 17/3/2021

Local: São Paulo

Agente violador: Não Identificado

Vítima: Jornal Folha da Região e o jornalista José Antônio Arantes

A sede do jornal Folha da Região, em Olímpia, no interior de São Paulo, foi alvo de um incêndio na madrugada do dia 17 de março de 2021. O jornalista José Antônio Arantes, editor do veículo, conta que “colocaram um balde com combustível na porta do jornal” e na porta da residência onde ele vive com a família, no mesmo edifício.

No local também funcionam o portal Folha e uma rádio comu-

nitária. Arantes e a família foram acordados pelos seus cachorros, que latiam desesperados com a fumaça. Ambos conseguiram sair de casa e conter o fogo, mas a fumaça tomou conta do interior da residência e da sede do jornal.

A Folha da Região circula semanalmente e é o único veículo impresso na cidade. Fundado há 40 anos, é o mais antigo e tradicional

de Olímpia. Arantes classifica o atentado como terrorista e conta que já vinha sofrendo ameaças pela internet, por parte de apoiadores de Jair Bolsonaro. Ele atribui a ação ao seu trabalho de “combate aos negacionistas”.

À imprensa local, o jornalista também informou ter sido perseguido enquanto dirigia rumo a outra cidade, dias antes. “Imaginei que tinha sido apenas uma brincadeira de mau

gosto de alguma pessoa que não tinha o que fazer.”

As investigações conduzidas pela Polícia Civil da cidade levaram ao autor do crime, um bombeiro municipal que não aceitava as medidas de restrição à Covid-19 defendidas pelo jornalista proprietário dos veículos. O bombeiro Cláudio José Azevedo de Assis, 55, se apresentou e confessou o crime. Ele foi afastado de suas funções



1.25 - Apoiadores de Jair Bolsonaro agredem radialista

Data: 8/4/2021

Local: Pernambuco

Agente violador: Não Identificado

Vítima: Rádio Comunidade e jornalista Júnior Albuquerque

Quatro homens invadiram o estúdio da Rádio Comunidade, em Santa Cruz do Capibaribe-PE, durante a noite do dia seis de abril de 2021, para agredir e ameaçar o jornalista Júnior Albuquerque. A agressão foi motivada por críticas à atuação do governo Bolsonaro frente à pandemia de Covid-19.

Vídeos gravados e compartilhados pelos próprios invasores mostram um dos homens se aproximando de

Júnior e o intimidando. Em diversos trechos dos vídeos é possível ouvir os agressores afirmando que esperariam o radialista na saída da emissora.

Júnior só não chegou a ser agredido dentro do estúdio porque outros companheiros de imprensa interceptaram a investida. A Guarda Civil Municipal e a Polícia Militar foram acionadas. Na delegacia, foi aberta uma queixa-crime contra os quatro invasores.



1.26 - Ministério censura perguntas em entrevista coletiva

Data: 16/4/2021

Local: Brasília

Agente violador: Ministério da Economia

Vítima: Jornalistas

Durante entrevista coletiva virtual realizada em 14 de abril, o governo Bolsonaro decidiu censurar previamente perguntas de jornalistas sobre o Orçamento Federal de 2021 para evitar constrangimentos diante dos impasses existentes sobre o tema.

Antes da entrevista, os jornalistas foram informados pela assessoria de imprensa do Ministério da Economia, que as perguntas que não fossem estritamente sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) – não seriam lidas. As perguntas que não se enquadrassem na regra seriam respondidas posteriormente por e-mail.

Por mais que a entrevista tenha sido convocada em torno de um tema

específico, a proibição de perguntas a priori sobre qualquer assunto de interesse público durante uma coletiva de imprensa envolvendo o governo é uma grave ameaça à liberdade de imprensa, na verdade é uma forma de censura.

Todas as autoridades públicas devem se submeter ao princípio da transparência e ao escrutínio público e isso passa por responder aos questionamentos da imprensa e de seus profissionais.

Infelizmente, a tentativa de censura e a disseminação de informações falsas ou controversas são táticas usuais do grupo que ocupa o Executivo Federal e merecem o repúdio da sociedade.



1.27 - Delegado tenta intimidar jornalista com inquérito policial

Data: 8/5/2021

Local: Rio de Janeiro

Agente violador: delegado Pablo Dacosta/Polícia Civil

Vítima: jornalista Leandro Demori

O jornalista Leandro Demori foi intimado pela Polícia Civil do Rio de Janeiro a prestar depoimento

em razão de ter publicado um texto no site The Intercept Brasil, onde ocupava na época função de editor, denunciando a possível existência de um grupo de matadores dentro da Polícia Civil do Rio.

O texto intitulado “A facção da Core”, foi divulgada no dia 8 de maio. A denúncia do jornalista, em uma conjuntura normal, deveria suscitar a abertura de inquérito para a investigação dos fatos denunciados. Mas o que aconteceu foi totalmente contrário. A polícia é quem abriu investigação contra a atividade do jornalista. A inversão de

critérios é chocante e demonstra o clima de perseguição a jornalistas no país.

A tentativa de criminalizar o jornalista partiu do delegado Pablo Dacosta, o mesmo que intimou o youtuber Felipe Neto e os jornalistas William Bonner e Renata Vasconcelos para depor em outras ocasiões. Neto foi intimado por atribuir o adjetivo genocida a Jair Bolsonaro. Já Bonner e Vasconcelos foram intimados porque o Jornal Nacional veiculou matéria sobre a investigação contra Flávio Bolsonaro no caso das rachadinhas. Ambas as investigações foram arquivadas.



1.28 - Procuradores da Lava Jato montam rede para punir jornalistas críticos

Data: 19/5/2021

Local: Paraná

Agente violador: Deltan Dallagnol, Januário Paludo e Diogo Castro de Mattos/justiça

Vítima: jornalistas e veículos de imprensa

A reportagem “Lava Jato força a barra para processar jornalistas em Curitiba”, publicada pelo The Intercept Brasil, mostra como Deltan Dallagnol e outros dois colegas utilizaram sua rede de relacionamentos para processar e garantir punição a jornalistas com auxílio de juízes alinhados à operação.

Dallagnol, Januário Paludo e Diogo Castro de Mattos são responsáveis por oito processos contra jornalistas e veículos de imprensa nos últimos dois anos (veja tabela na próxima pá-

gina). Paludo abriu quatro ações em 2020; Dallagnol, outras três, e Mattos entrou com uma ação.

Paludo, que mora e atua em Porto Alegre-RS, inventou até um “endereço profissional” em Curitiba, onde não tem residência fixa. A tática dos procuradores tem sido usar o Juizado Especial Cível de Curitiba, criado para tratar das chamadas pequenas causas, para penalizar os profissionais que ousaram publicar matérias críticas às suas atuações na Lava Jato.

Autor	Veículo	Quem julgou	Advogados
Januário Paludo	Valor Econômico	Flavia da Costa Viana	Allyne Flores de Lima (esposa do delegado da PF Luciano Flores de Lima)
Januário Paludo	Zero Hora	Telmo Zaions Zainko	
Januário Paludo	Folha de S. Paulo	Adriana Ayres Ferreira	
Januário Paludo	UOL	Wolfgang Werner Jahnke	
Digo Castor de Mattos	Josias Gomes, dep. federal (PT-PE)	Roseana Ceschin Assumpção	Juliana Mailene Ariello
Deltan Dallagnol	José de Abreu, ator e militante petista	Flavia da Costa Viana (pediu palestra a Dallagnol)	Ana Lucia Demeterco Airoidi, Antenor Demeterco Neto e José Rodrigo Sade
Deltan Dallagnol	Reinaldo Azevedo	Silbele Lustosa Coimbra (casada com colega de Dallagnol)	Eduardo da Silva Mattos, Gustavo Osna e Hugo Cremonez Sirena
Deltan Dallagnol	Reinaldo Azevedo	Nei Roberto de Barros Ghimarães	



1.29 - Jornalistas são atacados em ato pró-Bolsonaro

Data: 24/5/2021

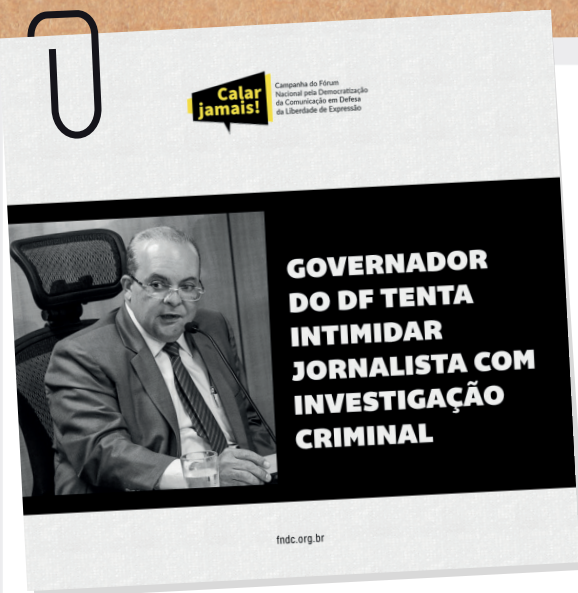
Local: Rio de Janeiro

Agente violador: apoiadores de Bolsonaro

Vítimas: jornalistas da CNN

Uma equipe de reportagem da CNN foi expulsa de um ato realizado no dia 23/5/2021, em apoio a Jair Bolsonaro, no Rio de Janeiro. O ataque à equipe de jornalistas chocou a todos pela violência. As imagens do repórter Pedro Duran escoltado por policiais levanta questionamento sobre o que poderia ter acontecido ao jornalista e sua equipe caso não tivessem recebido proteção da PM.

Em nota, a Fenaj repudiou os ataques ao repórter, que foi impedido de exercer sua função. Junto com o Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro (SJPMRJ), a Fenaj cobrou das autoridades municipais do Rio “as providências necessárias no sentido de punir os responsáveis pela manifestação, que desrespeitou todas as medidas sanitárias de combate à pandemia e pôs em risco a vida de milhares de cidadãos cariocas”.



1.30 - Governador tenta intimidar jornalista

Data: 3/8/2021

Local: Brasília

Agente violador: governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha/delegado Giancarlos Zuliani.

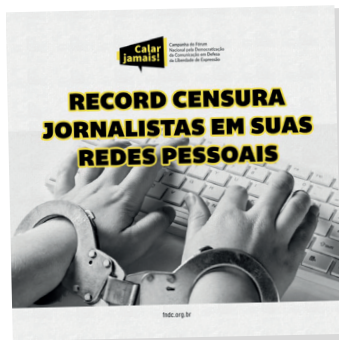
Vítima: Renato Souza

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, pediu investigação criminal contra o repórter de política Renato Souza, do Correio Braziliense, por críticas publicadas pelo jornalista em sua conta no Twitter. A investigação ficou a cargo da Delegacia de Repressão a Crimes Cibernéticos (DRCC) e sob supervisão do delegado titular Giancarlos Zuliani.

Em nota, o Sindicato Jornalistas do DF e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) repudiaram a tentativa de Ibaneis de intimidar o jornalista. “É inadmissível que na capital do país, um

governador utilize a máquina pública para constranger e intimidar jornalistas. Não aceitaremos mais essa medida autoritária de Ibaneis, que se transformou em “escada” de Bolsonaro para atacar a democracia brasileira”.

Em sua conta no Twitter, Renato Souza afirmou “que este fato e nenhum outro advindo de qualquer autoridade local ou federal vai reduzir ou limitar meu trabalho em prol do interesse público, da verdade e da democracia. Já estou tomando as medidas legais”.



1.31 - Rede Record censura jornalistas para agradar governador

Data: 13/8/2021

Local: TV Record

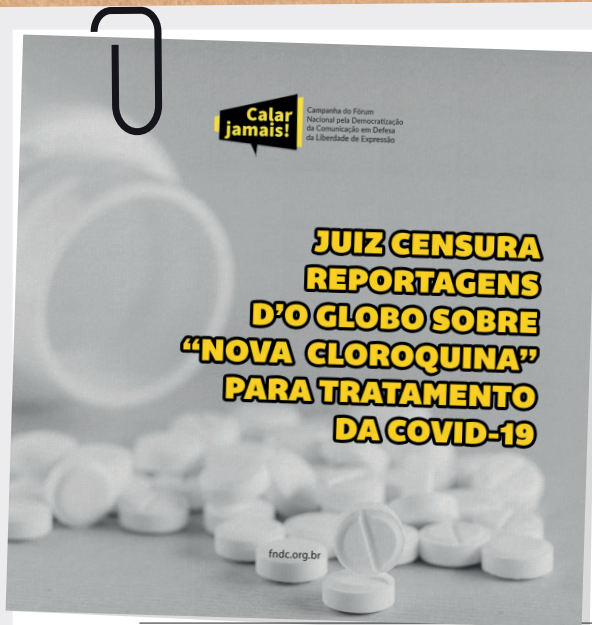
Agente violador: governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha/delegado Giancarlos Zuliani.

Vítima: Jornalistas da Record

O “Manual de Uso de Mídias Sociais para Jornalistas”, lançado pela TV Record em 11 de agosto de 2021, proíbe os profissionais da empresa de “se posicionar em qualquer mídia social sobre assuntos que envolvam política, religião, acontecimentos controversos e sensíveis, independentemente do tema”.

Os profissionais só poderão publicar

conteúdo enquadrado na norma com autorização prévia. A “atualização” do manual de conduta é mais um capítulo na escalada censora da rede, que proibiu âncoras e comentaristas de tecerem opiniões políticas depois que a jornalista Mariana Godoy classificou uma live de Jair Bolsonaro sobre suposta fraude no sistema eleitoral brasileiro como “bizarra”.



1.32 - Censura a reportagem sobre cloroquina

Data: 23/8/2021

Local: Amazonas

Agente violador: juiz Manuel Amaro de Lima, justiça/Luiz Alberto Saldanha Nicola, diretor da rede de hospitais privados Samel

Vítima: Johanns Eller/O Globo

O juiz Manuel Amaro de Lima, da 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho do Amazonas, decretou censura a três reportagens do O Globo que relatavam inconsistências e suspeitas de fraude num ensaio clínico sobre a eficácia da proxalutamida no tratamento da Covid-19.

A decisão atende a pedido de Luiz Alberto Saldanha Nicola, diretor da rede de hospitais privados Samel, uma das patrocinadoras do estudo. As reportagens foram apuradas pelo repórter Johanns Eller a partir de documentos divulgados pelos próprios pesquisadores.

A proxalutamida é um bloqueador hormonal ainda não comercializado e em fase de testes. Entre as controvérsias do estudo, estariam a elevada taxa de mortalidade do grupo estudado e o curto prazo de coleta de dados (menos de dois meses).

O estudo despertou atenção do público e da imprensa após Jair Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro defenderem o uso do medicamento como opção no tratamento da Covid-19, mesmo antes de haver uma conclusão séria e definitiva. Em novembro, após reclamação do jornal, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes cassou

as decisões de Amaro Lima, destacando que a veiculação das reportagens “ocorreu dentro de parâmetros normais, de modo que a ordem judicial reclamada afigura-se injustificável à luz do direito fundamental à liberdade de expressão e de imprensa”.

No início de fevereiro de 2022, quase seis meses depois da primeira decisão, o juiz Manuel Amaro Lima concedeu em caráter liminar, pedido do dono da Samel para que as notícias fossem apagadas. Ele apontou que O Globo teria cometido “excesso de liberdade de imprensa” ao voltar a associar em suas reportagens a rede de hospitais ao estudo que ela patrocinou e propagandeou. Lima considerou também que o uso de fotos de uma live promovida pela empresa pode causar “graves riscos de imputação de danos irreparáveis” à rede de hospitais.

Após essa nova decisão da Justiça do Amazonas, O Globo foi obrigado a publicar um direito de resposta da Samel, e a pagar multa em caso de descumprimento.

O Globo recorreu novamente ao STF, mas Mendes negou os pedidos, explicando que sua decisão anterior apenas cassou “a decisão judicial que obstaculi-

zou a divulgação da matéria jornalística de interesse público”, mas que não impe-

dia a “continuidade da análise de pedido de direito de resposta e de indenização”.



A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) denunciou o apedrejamento de jornalistas que cobriam a saída da seleção brasileira de futebol num hotel em Recife, em 9 de setembro de 2021.

De acordo com a Abraji, o ataque partiu de “torcedores” que aguardavam a saída dos atletas. Irritados porque, segundo eles, as equipes de reportagem obstruíam sua visão dos jogadores, co-

meçaram a jogar pedras, plantas e água e a proferirem xingamentos contra os profissionais.

Como sempre, ataques misóginos foram direcionados a jornalistas mulheres. Gritos de “sai da frente, puta”, foram relatados por uma das profissionais atacadas. Os ataques só pararam quando uma das vítimas acionou policiais para controlar a situação, formando uma espécie de barreira.

1.34 - Governador do Distrito Federal interpela repórter judicialmente

Data: 29/9/2021

Local: Brasília

Agente violador: Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha

Vítima: Gabriel Luiz



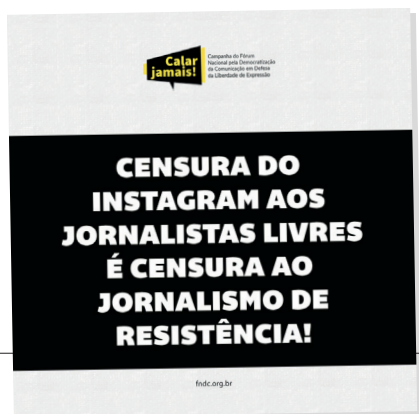
O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, interpelou judicialmente o repórter Gabriel Luiz Araújo, da TV Globo. A interpelação judicial é o primeiro passo para a abertura de um processo judicial e funciona como um passo prévio, feito para evitar uma ação sem fundamento.

A motivação do governador era sua insatisfação com a cobertura feita pela Globo sobre a sua vida pública, particularmente numa reportagem feita por Gabriel Luiz para a edição de 12 de julho do DF1, sobre uma festa promovida por um amigo do político para festejar os 50 anos do governante. Rocha ficou incomodado por conta do alinhamento do telejornal, que transmitiu sequencialmente matérias sobre a festa e a relação de uma empresa do organizador com o governo.

Os advogados do Governador do Distrito Federal pediam para que o repórter explicasse claramente “qual seria a relação existente entre o Interpelante

e o contrato celebrado entre a empresa Perboni e o IGES-DF, bem como de que maneira ele teria contribuído ou exercido qualquer tipo de ingerência para viabilizar a celebração de tal negócio jurídico”. O Tribunal de Justiça aceitou o pedido e deu ao jornalista Gabriel Luiz dez dias para se explicar.

Embora tenha se dado por satisfeito com a resposta do repórter e da emissora nos autos, dando a questão por encerrada, a atitude de Ibaneis é típica do grupo político ao qual se alinha: autoritária. Em resposta, também nos autos, seus advogados informaram que Ibaneis as explicações do repórter “como retratação”.



1.35 - Instagram censura Jornalistas Livres

Data: 12/10/2021

Local: Brasil

Agente violador: Instagram

Vítima: Coletivo Jornalistas Livres

Sem justificativa plausível e sem razão, o Instagram desativou o perfil do coletivo Jornalistas Livres em 11/10. Com 619 mil seguidores, a conta foi simplesmente censurada pela plataforma após um aviso protocolar na caixa de mensagens, informando que algumas publicações anteriores não seguiam as “Diretrizes da Comunidade”.

Além de publicadas como denúncias jornalísticas, as publicações apontadas pela plataforma foram amplamente divulgadas por outros perfis no Instagram, no Facebook e no Twitter, entre

outras redes, onde permanecem, inclusive no perfil do Jornalistas Livres no Facebook (proprietária do Instagram).

O coletivo recorreu da punição e também recebeu a solidariedade de centenas de leitores e de jornalistas.

Apesar de a conta @jornalistaslivres ter sido restaurada em pouco mais de 24 horas, o fato mostra o quão nocivo à liberdade de expressão é a ausência de regras e escrutínio público sobre a atuação dessas plataformas como mediadoras do debate público.

2. Censura a manifestações artísticas

Entre as manifestações artísticas, o cerceamento à liberdade e a busca por censura por parte de grupos e/ou indivíduos conservadores associados ao bolsonarismo também foram intensificados.

No período aqui abordado, junho de 2019 a janeiro de 2022, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) denunciou 14 práticas censoras dentro do que classificamos como manifestações artísticas.

Nessa seção estão incluídas as censuras à escritores e escritoras, bem como de livros, histórias em quadrinhos, tiras e charges. Além de profissionais e entidades vinculadas ao audiovisual, como cineastas e suas produções filmicas, e profissionais das artes plásticas e da música.

Este tipo de violação de liberdade configurou-se como o segundo mais praticado desde o início do Governo Bolsonaro. Avaliamos que a institucionalização da violação à liberdade de expressão no país foi intensificada no setor cultural devido à presença de uma ala fortemente ideológica no interior do governo. A ala ideológica de Bolsonaro costuma atuar por meio de pautas de apelo moral – como questões de gênero e sexualidade, posicionamentos políticos alinhados à esquerda e/ou críticos ao governo, e temas relacionados à religiões, dogmas e religiosidades.

Ou seja, muitas dessas práticas foram realizadas por órgãos de Estado e seus agentes, que usufruíram de seus espaços de poder e de decisão para determinar quais conteúdos, pessoas e assuntos po-

dem ser escutados, veiculados, exibidos e discutidos no interior da sociedade.

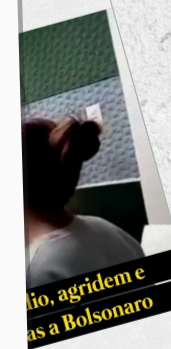
Dessa forma, os casos aqui denunciados evidenciam uma tentativa de silenciar manifestações artísticas que não conformam com ideais conservadores e reacionários que reforçam um modelo de família cristã heterossexual, monogâmica, neoliberal e patriota – que está subsumido ao emblema “O Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, perpetrado por Jair Bolsonaro e seus aliados em sua campanha de 2018 para a presidência e ao longo de seu mandato.

Como se verá a seguir nos casos denunciados, a escalada autoritária observada buscou silenciar manifestações artísticas que versam sobre os mais diversos assuntos, entre eles aqueles atrelados às questões LGBTQIA+ e críticas ao governo de Jair Bolsonaro, infringindo diretamente o direito à liberdade de expressão, como os casos 2.3, 2.4, 2.8, 2.12 e 2.14.

É válido ainda indicar que tais casos de censura, por vezes, estiveram atrelados à escaladas de violência simbólica e física, com manifestações ofensivas e diretas contra personalidades do meio artístico e cultural, como é o caso das ameaças dirigidas por internautas à Miriam Leitão e Sérgio Abranches (caso 2.1), pelo governo federal à cineasta Petra Costa (caso 2.9) e as agressões ao trompetista, o músico Fabiano Leitão Duarte, em Brasília em 2020 (caso 2.13). Além das tentativas de apagamento histórico e difamação de personalidades como Marina Silva, Zumbi dos Palmares, Carolina Maria de Jesus e Luiz Gama (caso 2.11).

CALAR JAMÁIS - FNDC

de "A vida
s do órgão



io, agradem e
as a Bolsonaro

Dória censura liv
leitura em presid



CENSUR
NUNCA
MAIS!



Indic.org.br

Calar
jamais!

Compartilhado do Fórum
Nacional pela Democratização
da Comunicação em Defesa
da Liberdade de Expressão

Site da Fundação
Palmares censura
Carolina de Jesus



Calar
jamais!

Compartilhado do Fórum
Nacional pela Democratização
da Comunicação em Defesa
da Liberdade de Expressão



Presidente interino da Ancine manda
retirar cartazes de filmes nacionais
da sede e do site do órgão

**Calar
jamais!**

Campanha do Fórum
Nacional pela Democratização
da Comunicação em Defesa
da Liberdade de Expressão



**Ameaças obrigam evento a
cancelar participação de Miriam
Leitão e Sérgio Abranches.**

fndc.org.br

2.1 - Ameaças obrigam evento a cancelar a participação de Miriam Leitão e Sérgio Abranches

Data: 16/7/2019

Local: Santa Catarina

Agente Violador: Feira do Livro de
Jaraguá do Sul

Vítima: Miriam Leitão e Sérgio
Abranches

Iniciativas articuladas de grupos contrários ao debate democrático sobre qualquer assunto têm instalado uma verdadeira caça às bruxas no país. Embora a Constituição Federal garanta a liberdade de expressão a toda e qualquer pessoa brasileira, na prática, esse direito vem sendo cerceado.

Uma situação resultante desse contexto foi o cancelamento da participação da jornalista Miriam Leitão e seu marido, o sociólogo Sérgio Abranches, na 13ª Feira do Livro de Jaraguá do Sul, em Santa Catarina, que tinha como tema Literatura em Movimento.

Autora de vários livros infantis, Leitão havia sido convidada para compor, junto com Abranches, uma mesa de debates durante o evento, no dia 15 de agosto de 2019. Da definição dos nomes para a mesa derivou uma enxurrada de ameaças aos convidados nas redes sociais. Segundo o jornal Gazeta Gaúcha, foram mais de 700 comentários ameaçando os convidados, desde morte até recepção dos autores com ovos. Além disso, uma petição online de repúdio contra a participação da jornalista foi formulada e recebeu cerca de 3

mil assinaturas até pouco antes do evento, segundo o Jornal Gazeta do Povo. O número expressa a existência de apoio a censuras de certos posicionamentos políticos.

Na terça-feira, 16 de julho de 2019, o coordenador artístico da Feira, Carlos Schroeder, comunicou que devido ao grande número de ameaças direcionadas aos convidados a participação de ambos havia sido cancelada. “Tenho vergonha. É de uma indelicadeza. Como escritor, tenho vergonha de falar para a Miriam Leitão que não posso trazê-la porque não tenho como garantir sua segurança”, declarou Schroeder à jornalista Dagmara Spautz, do portal NSC Total.

Em nota, a organização da feira de Jaraguá do Sul afirmou que “nunca, em toda sua história, a festa da literatura foi atacada pela escolha de seus convidados”. Por sua vez, em entrevista à CBN Florianópolis, Miriam Leitão repudiou as ameaças sofridas e o cancelamento do evento: “a intolerância venceu desta vez. Você sabe, o livro sempre foi tratado como uma ameaça, né? Principalmente contra mentes autoritárias”, disse.

O impacto de mais esse episódio na escalada do ódio e do autoritarismo no país é enorme. O silenciamento de personalidades políticas evidencia um retrocesso

no Brasil no que diz respeito à garantia de direitos coletivos e individuais. A liberdade de expressão é indispensável e, ao mesmo tempo, o termômetro da democracia.



2.2 - Governo pavimentando caminho da censura ao transferir conselho de Cinema para Casa Civil

Data: 18/7/2019

Local: Brasília

Agente Violador: Governo Federal – Presidência de Jair Bolsonaro

Vítima: Conselho Superior de Cinema

O Conselho Superior de Cinema (CSC) foi vítima de censura do Governo Bolsonaro. A transferência do CSC para a Casa Civil, anunciada em 18 de julho de 2019, foi um duro golpe na produção audiovisual nacional. O órgão foi criado em 2001 e estava no Ministério da Cidadania, sendo responsável pela formulação da política nacional do cinema e por estímulo à presença do conteúdo brasileiro nos segmentos de mercado.

A medida foi proferida em um evento de comemoração dos 200 dias de governo Bolsonaro e dará à presidência da República mais facilidade para acompanhar a política nacional do audiovisual e censurar produções que não agradem a Vossa Excelência e seus seguidores mais afoitos, como era realizado durante o período da ditadura civil-militar no Brasil.

A justificativa apresentada foi a de: “fortalecer a articulação e fomentar políticas públicas na área”. Contudo, Bolsonaro demonstrou em sua fala que a motivação real era frear a liberdade criativa e de expressão.

Em sua fala, declarou que não poderia “admitir que com o dinheiro público se faça filmes como o da Bruna Surfistinha”. O filme, lançado em 2011, conta sobre a vida de uma garota de programa, teve mais de 2 milhões de espectadores, chegando a ser o terceiro filme mais visto do ano nos cinemas.

O comentário deixa evidente o interesse de Bolsonaro em interferir no CSC, impondo seus valores religiosos e morais sobre a produção audiovisual brasileira, e definindo quais projetos devem ser prestigiados pela Lei do Audiovisual.



2.3 - Câmara de Vereadores de Porto Alegre censura exposição de charges por críticas a Jair Bolsonaro

Data: 4/9/2019

Local: Rio Grande do Sul

Agente Violador: Câmara Vereadores de Porto Alegre

Vítima: Cartunistas da Grafistas Associados do Rio Grande do Sul

No dia seguinte à sua instalação, 2 de setembro de 2019, a exposição “Independência em Risco” foi retirada da entrada do plenário da Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

De acordo com reportagem da RBSTV, a justificativa da então presidente da casa, a vereadora Mônica Leal (Partido Progressista), é de que as “imagens são de conteúdo ofensivo e desrespeitoso ao presidente Jair Bolsonaro”, e que “agredia símbolos nacionais, como a figura do presidente da República”.

A mostra, que reunia 36 desenhos de 19 cartunistas da Grafistas Associados do Rio Grande do Sul (Grafar), estava prevista para durar até o dia 29 de setembro, mas permaneceu pouco mais de 12 horas, sendo fechada por funcionários da Câmara às 18h. Para o vereador Marcelo Sgar-

bossa, promotor do evento, “não tem como não classificar como um ato de censura”.

Segundo Sgarbossa, ao G1, “grande parte delas (charges) critica a ideia do Brasil independente”, que fazem críticas às relações que Bolsonaro e sua família têm estabelecido com a família de Donald Trump, então presidente dos Estados Unidos (EUA). O vereador ainda relatou ter sido procurado pelo grupo para disponibilizar o espaço público e que a direção teria autorizado a exposição após um pedido protocolado por ele.

“As charges traziam o tema da independência ou não do Brasil. Várias colocam o fato de o Brasil não ter uma independência verdadeira, de ser submisso aos Estados Unidos. Muitas delas com bom humor, o que é comum, e não só ao atual governo”, declarou ao G1.



2.4 - Bial do Livro do Rio resiste a tentativa de censura de HQ pela prefeitura do Rio

Data: 6/9/2019

Local: Rio de Janeiro

Agente Violador: Marcelo Crivella/
Prefeitura do Rio

Vítima: Bial do Livro do Rio/
Marvel Comics

Menos de uma semana após censurar documentos sobre sua anti-política de gênero, o Itamaraty foi denunciado por censurar a exibição do documentário “Chico, Artista Brasileiro” (2015) no 8º Cine fest Brasil-Montevideú, realizado em outubro de 2019 no Uruguai.

A denúncia partiu da JMB Producciones do Uruguai, em comunicado ao diretor do documentário, Miguel Faria Junior. De acordo com ele, a embaixada brasileira no Uruguai teria chamado

a JMB para “pedir” que tirassem a obra da programação. Segundo o Jornal GGN, o festival tinha a embaixada brasileira como uma das patrocinadoras.

Procurado pela reportagem de O Globo, o chanceler Ernesto Araújo considerou normal que a embaixada brasileira, como apoiadora institucional do evento, apoie determinados filmes. A declaração segue o tom cínico adotado pelo governo Bolsonaro quando confrontado pela opinião pública sobre atos autoritários.



2.5 - Itamaraty censura documentário sobre Chico Buarque no Uruguai

Data: 15/9/2019

Local: Uruguai

Agente Violador: Ministério das
Relações Exteriores

Vítima: Documentário Chico/Diretor Miguel Faria Junior/8º Cine fest Brasil-Montevideú

Menos de uma semana após censurar documentos sobre sua anti-política de gênero, o Itamaraty foi denunciado por censurar a exibição do documentário “Chico, Artista Brasileiro” (2015) no 8º Cine fest Brasil-Montevideú, realizado em outubro de 2019 no Uruguai.

A denúncia partiu da JMB Producciones do Uruguai, em comunicado ao diretor do documentário, Miguel Faria Junior. De acordo com ele, a embaixada brasileira no Uruguai teria chamado a JMB para “pedir” que tirassem a obra da programação. Segundo o Jornal

GGN, o festival tinha a embaixada brasileira como uma das patrocinadoras. Procurado pela reportagem de O Globo, o chanceler Ernesto Araújo considerou normal que a embaixada brasileira, como

apoiadora institucional do evento, apoie determinados filmes. A declaração segue o tom cínico adotado pelo governo Bolsonaro quando confrontado pela opinião pública sobre atos autoritários.



2.6 - Presidente Interino da Ancine manda retirar cartazes de filmes nacionais da sede e do site do órgão

Data: 4/12/2019

Local: Rio de Janeiro

Agente Violador: Ancine

Vítima: Artistas e Trabalhadores do audiovisual

Em mais uma amostra indigesta, a Agência Nacional do Cinema (Ancine), sob o governo Bolsonaro, retirou quadros de pôsteres de filmes brasileiros em cartaz de sua sede, e removeu o banner digital que exibia os filmes nacionais em seu site.

De acordo com reportagem da Folha de São Paulo, os mais de cem quadros estavam na sede do órgão desde 2002, expostos nos corredores e nas salas da agência, localizada no centro do Rio de Janeiro. Além disso, uma TV localizada na sede, que exibia trailers de filmes em cartaz, também foi desligada.

A ação de extirpar de sua sede a propaganda de filmes nacionais demonstra a busca pela invisibilização dessa produção riquíssima e diversa, num desrespeito violento não só à livre manifestação artística, mas à toda a sociedade.

Entre os cartazes retirados estavam obras clássicas como “Deus e Diabo na Terra do Sol” (1964), “O Bandido da Luz

Vermelha” (1968) e “Cabra Marcado para Morrer” (1984). A justificativa dada pelo órgão à imprensa é de que a Ancine teria decidido priorizar sua área reguladora em relação à área de fomento.

Segundo reportagem da Carta Capital, a decisão gerou crítica entre cineastas a campanha #OCinemaBrasileiroEmCartaz ganhou força nas redes sociais. Pessoas postaram cartazes de filmes brasileiros para divulgar as produções nacionais e combater a censura imposta.

O perfil “Feito por Elas” comentou no twitter, junto de pôsteres de filmes: “Enquanto a @AncineGovBr tira de suas paredes os cartazes de todos os filmes brasileiros antes expostos lá, nós colocamos eles para circular”.

Como reação à ação da Ancine, em janeiro de 2020 o festival Verão sem Censura, produzido pela Prefeitura de São Paulo, decidiu expor todos os cartazes retirados pela Ancine, segundo informações da Carta Capital.

**Calar
jamais!**

Campanha do Fórum
Nacional pela Democratização
da Comunicação em Defesa
da Liberdade de Expressão

Ancine proíbe exibição de "A vida invisível" para funcionários do órgão



2.7 - Ancine proíbe a exibição de "A vida é invisível" para funcionários do órgão

Data: 10/12/2019

Local: Rio de Janeiro

Agente Violador: Ancine

Vítima: A Vida Invisível/diretor Karim Aïnouz

Em nova ação de sua cruzada contra a produção cinematográfica brasileira, a Secretaria de Gestão Interna da Agência Nacional do Cinema (Ancine) proibiu a exibição do filme "A Vida Invisível" para seus servidores.

De acordo com reportagens publicadas nos principais portais do país, servidores da Ancine teriam denunciado a proibição em condição de anonimato. A exibição do filme estaria prevista para o 12 de dezembro de 2019, durante evento de capacitação de pessoas que trabalhariam no órgão.

A obra do diretor Karim Aïnouz foi escolhida para representar o Brasil no Oscar 2020 e concorreu, com outras 93 produções, a uma das cinco indicações à premiação de melhor filme estrangeiro. O longa, contudo, não entrou para a lista de 10 semifinalistas da categoria.

A respeito da censura sofrida, Aïnouz declarou estar indignado com a atuação da Ancine e com as ações do governo Bolsonaro. Em carta ele declarou que "é triste testemunhar os desdobramentos de uma política tóxica e covarde, perpetrada por um governo catastrófico, que põe deliberadamente em xeque a cultura de um país tão abundante quanto o nosso".

À imprensa, a Ancine justificou a não exibição do filme afirmando que o projetor da sala estaria quebrado, mas o funcionário responsável pela manutenção do local disse aos servidores que não havia problema com o equipamento.

Além da situação de censura, uma das atrizes do filme é Fernanda Montenegro, que já foi chamada de "podre" e "mentirosa" pelo então secretário de Cultura, Roberto Alvim.

**Calar
jamais!**

Campanha do Fórum
Nacional pela Democratização
da Comunicação em Defesa
da Liberdade de Expressão

**CENSURA
NUNCA
MAIS!**



fndc.org.br

2.8 – Ordem judicial exige que Netflix e a produtora Porta dos Fundos retirem de suas plataformas o programa “A primeira tentação de Cristo”

Data: 9/1/2020

Local: Rio de Janeiro

Agente Violador: Justiça/desembargador Benedicto Abicair / Associação Centro Dom Bosco de Fé e Cultura

Vítima: Netflix/produtora Porta dos Fundos/filme “A primeira tentação de Cristo”

A exibição do especial de Natal da produtora Porta dos Fundos, “A primeira tentação de Cristo”, foi suspensa pela Justiça do Rio de Janeiro em 8 de janeiro de 2020. A decisão do desembargador Benedicto Abicair, da 6ª Câmara Cível, para que a Netflix e a produtora Porta dos Fundos retirem de suas plataformas atendeu a um pedido realizado pela Associação Centro Dom Bosco de Fé e Cultura.

O pedido da Associação declarava que a “honra e a dignidade de milhões de católicos foi gravemente vilipendiada pelos réus, com a produção e a exibição do Especial de Natal Porta dos Fundos: A Primeira Tentação de Cristo, onde ‘Jesus é retratado como um homossexual pueril, Maria como uma adúltera desbocada e José um idiota traído’, partindo de uma compreensão equivocada do que seja liberdade de manifestação do pensamento e de criação artística”.

A ordem judicial é mais um ponto

fixado na escalada da censura no Brasil. Indiscutivelmente inconstitucional, desconsidera a liberdade de expressão artística e arbitra o que o público deve ou não assistir.

Longe de abrir precedentes, visto que esses há muito foram abertos, a decisão crava mais uma pedra num caminho que vem sendo pavimentado pelo autoritarismo.

A produtora Porta dos Fundos já havia sido vítima de atentado de extremistas de direita, no dia 24 de dezembro de 2019, em que foram arremessados dois coquetéis-molotovs contra o prédio onde está localizada, como resposta ao conteúdo abordado em seu especial de Natal.

É importante recordar ainda que o desembargador Benedicto Abicair votou pela absolvição de Jair Bolsonaro por declarações racistas e homofóbicas proferidas no programa CQC, da TV Bandeirantes, enquanto deputado

federal, em 2011. Naquela época, Abicair exaltou a liberdade de expressão, usando outro peso e outra medida.

Como resposta, a Netflix foi ao Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 9 de janeiro do mesmo ano, para pedir a liberação do filme. Em nota, a plataforma de streaming declarou apoiar “fortemente a expressão artística e vamos lutar para defender esse importante princípio, que é o coração de grandes histórias”.

Segundo o jornal Gazeta Gaúcha, “a plataforma de streaming baseou-se na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 130, de 2009, que declarou a inconstitucionalidade da Lei de Imprensa, considerando que esta criava mecanismos que poderiam induzir à censura”. Na figura do presidente do Supremo, o ministro Dias Toffoli, o STF decidiu pela prevalência da liberdade de expressão e pela vedação à censura na ADPF 130.



2.9 – Governo promove perseguição a cineasta no Twitter

Data: 3/2/2020

Local: Brasília

Agente Violador: Presidência da República

Vítima: cineasta Petra Costa

A Secom (Secretaria Especial de Comunicação da Presidência da República), em 3 de fevereiro de 2020, utilizou sua conta oficial no Twitter para atacar e difamar a cineasta Petra Costa, indicada ao Oscar de melhor documentário pelo “Democracia em Vertigem”.

No tweet da Secretaria lia-se: “Nos Estados Unidos, a cineasta Petra Costa assumiu o papel de militante anti-Brasil e está

difamando a imagem do País no exterior. Mas estamos aqui para mostrar a realidade. Não acredite em ficção, acredite nos fatos”.

Ao utilizar a conta oficial para chamar Petra Costa “militante anti-Brasil” e afirmar que ela “está difamando a imagem do país no exterior”, o governo federal violou o princípio da impessoalidade da administração pública, previsto no Art. 37 da

Constituição Federal, ignorando que a conta não seja usada para atacar qualquer cidadão com fins políticos. Além disso, atacou a liberdade de expressão artística e de pensamento, também asseguradas constitucionalmente.

A postagem publicada no canal @secomvc também evidencia a incapacidade do governo de conviver com o pensamento divergente e de rebater críticas sem desqualificar seus opositores.

Tal atitude difamatória da Secom visava atingir a cineasta que, além de ser criadora de um filme crítico ao processo de Impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, fez comentários contrários à Bolsonaro e ao processo judicial que levou à prisão do ex-presidente Lula, durante entrevistas concedidas a jornais nos Estados Unidos, como a PBS e o New York Times.

Conforme informações da Folha de S. Paulo, em entrevista à PBS, Petra Costa afirmou que “enormes ondas evangélicas” contra a comunidade LGBTQ+, os afro-brasileiros e o movimento feminista teriam impulsionado a vitória eleitoral de Bolsonaro.

Suas falas foram novamente re-preendidas em mais uma evidente prática discriminatória e persecutória de aliados do governo Bolsonaro. O então deputado bolsonarista Marco Feliciano protocolou na Procuradoria uma notícia-crime contra a cineasta “pela prática de discriminação religiosa e de ato contra a segurança nacional”.

Além dessa manifestação, segundo o portal de notícias El País Brasil, a ação da Secom motivou a também então deputada Maria do Rosário (PT-RS) a protocolar no Ministério Público Federal uma representação contra Fabio Wajngarten, chefe da Secretaria, no dia 4 de fevereiro do mesmo ano.

No caso da manifestação da Secom, entendemos que o governo tem o direito de divulgar o contraditório, porém, que extrapolou limites constitucionais em suas acusações, ainda mais quando ela estava em outro país representando o Brasil na campanha pelo Oscar. Repudiamos todos os tipos de reprimenda, difamação, censura e perseguição de artistas e trabalhadores/as do cinema brasileiro.

**Calar
jamais!**

Campanha do Fórum
Nacional pela Democratização
da Comunicação em Defesa
da Liberdade de Expressão

Dória censura livros doados para leitura em presídios de São Paulo



fndc.org.br

2.10 – Dória censura livros doados para leitura em presídios de São Paulo

Data: 12/2/2020

Local: São Paulo

Agente Violador: Governo de São Paulo

Vítima: Remição em Rede, empresa Jnana Consultoria, grupo Mulheres do Brasil e editoras Record, Planeta, Todavia e Boitempo

O então governo João Dória rejeitou doações de 240 exemplares de 12 obras destinadas a um programa de leitura para presidiários. Os livros seriam doados ao Programa Remição em Rede, que implementou clubes de leitura em dez penitenciárias do estado.

Segundo a revista Fórum, entre os nomes vetados estão vencedores do prêmio Nobel de Literatura, Gabriel García Márquez, pelo livro “Crônica de uma morte anunciada”, e Albert Camus, com a obra “O Estrangeiro”, uma vencedora do Prêmio Pulitzer de Ficção, Harper Lee, pela obra “Vá, Coloque Um Vigia”, e o renomado escritor cubano Leonardo Padura, pela obra “Paisagem de Outono”.

A decisão foi tomada pelo coronel Henrique Pereira de Souza Neto, diretor executivo da Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” (Funap), que é uma entidade ligada à Secretaria de Estado da Administração Penitenciária para coordenar projetos em presídios do estado.

De acordo com reportagem da Folha de São Paulo, o Remissão em Rede

é uma parceria do governo com a empresa Jnana Consultoria, o grupo Mulheres do Brasil e as editoras Record, Planeta, Todavia e Boitempo.

Além de estimular a leitura, a iniciativa contribui para a remissão da pena (um livro lido e relatado ao juiz pode diminuir até quatro dias da pena). Com isso, caso seja lido um título por mês, é possível reduzir 48 dias de pena por ano.

Longe de ser um caso isolado, a iniciativa se soma a outras, como a situação ocorrida em Rondônia, comandada pelo bolsonarista Coronel Marcos Rocha (PSL), que mandou recolher 42 livros das escolas do estado.

Com a repercussão, o governo de São Paulo recuou e aceitou a lista de livros doados para o programa de leitura. Segundo a Folha, em 13 do mesmo mês, após reunião entre membros da administração estadual e das entidades responsáveis pelo projeto, o Governo ainda decidiu criar uma comissão para avaliação dos livros disponibilizados aos detentos do estado.



2.11 – Site da Fundação Palmares censura Carolina Maria de Jesus, Zumbi dos Palmares, Luiz Gama e Marina Silva

Data: 16/6/2020 e 14/10/2020
(atualização)

Local: Brasília

Agente Violador: Fundação Palmares, Sérgio Camargo (então presidente da Fundação)

Vítima: Escritora Carolina Maria de Jesus, Luiz Gama, Zumbi dos Palmares, Benedita da Silva, Marina Silva

Em 2020, o nome de diversas figuras negras, vivas ou não, foi excluído do site oficial da fundação Palmares, cuja função é preservar o patrimônio negro, conforme reportagem da agência de notícias Alma Preta.

A escritora Carolina Maria de Jesus é uma das personalidades brasileiras que foi censurada no site da Fundação Palmares, então presidida por Sérgio Camargo. Reportagem da Folha de S. Paulo de 15 de junho do mesmo ano, revelou denúncias de servidores do órgão que falaram sob anonimato por temerem represálias.

Além da escritora, também sumiram do site artigos sobre o líder quilombola Zumbi dos Palmares e o abolicionista Luís Gama, entre vários outros, segundo a agência de notícias. Além das censuras, em maio de 2020, por ocasião do aniversário da Lei Áurea, o órgão publicou artigos atacando a memória de Zumbi dos Palmares e exaltando a Princesa Isabel.

Posteriormente, em setembro de 2020, o nome da deputada federal Benedita da Silva foi removido da lista de per-

sonalidades negras do órgão e, em outubro, o nome da ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, foi excluído.

Segundo a reportagem do Alma Preta, no caso da ex-ministra do Meio Ambiente, Camargo escreveu que ela “não tem contribuição relevante para a população negra do Brasil”. O presidente informou ainda que os critérios de avaliação para integrar a lista de personalidades avaliam aspectos de “decência, dignidade, reputação ilibada, relevância histórico-cultural e mérito do homenageado e Marina Silva não cumpria a totalidade de requisitos”.

Em maio, a exoneração de Sérgio Camargo foi solicitada pelas Comissões de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojiras), o Núcleo de Jornalistas Afrobrasileiros do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul (Sindjors) e a Comissão Nacional de Jornalistas pela Igualdade Racial (Conajira/Fenaj). O pedido veio em resposta aos ataques ao jornalista Pedro Borges, co-fundador da Alma Preta.

Camargo é um dos mais raivosos detratores da história dos mo-

vimentos negros no Brasil e um ferrenho defensor do revisionismo histórico. Ele não sofreu exoneração e deixou a presidência da

Fundação Palmares em 31 de março de 2022 para se lançar deputado, quando filiou-se ao Partido Liberal (PL), mas não se elegeu.



2.12 – Deputados distritais aprovam censura a expressões artísticas com nudez e símbolos religiosos

Data: 19/8/2020

Local: Brasília

Agente Violador: Câmara Legislativa do DF/deputado Rafael Prudente (MDB)

Vítima: Artistas

Por sete votos a seis, a Câmara Legislativa do DF aprovou em primeiro turno, em 18 de agosto de 2020, proposta que proíbe expressões artísticas e culturais com nudez ou que “aten-tem contra símbolos religiosos”.

A proibição vale para espaços públicos, mas obriga estabelecimentos privados a “advertirem” o público sobre o conteúdo e faixa etária à qual a obra/espetáculo se destina.

Rafael Prudente (MDB) editou emendas com objetivo de deixar claro o que seria considerado “teor pornográfico”. A proposição atrela “teor pornográfico” a exposições artísticas ou culturais “que contenham fotografias, textos, desenhos, pinturas, filmes e vídeos que exponham ato sexual e a performance com atrizes ou atores desnudos”.

Quase todos os deputados que

participaram da sessão criticaram a proposição, que iria a segundo turno, porém não foi colocada em pauta.

Na sessão, o deputado Professor Reginaldo Veras (PDT) questionou o conceito de pornografia ao longo dos anos e arrematou: “Fomos eleitos para sermos deputados e não censores”.

Para barrar o projeto, o deputado Fábio Felix (PSOL) elaborou um texto substitutivo que reforça os critérios de classificação indicativa já em vigor no país e garante a liberdade de produção e expressão cultural no Distrito Federal.

Segundo a reportagem da revista Fórum, a classe artística e diversos setores da sociedade civil protestaram e contestaram a proposição do mde-bista, classificando-a como anacrônica, inadequada e inconstitucional.

2.13 – Detenção do músico Fabiano Leitão Duarte, o tromPETISTA

Data: 10/8/2020

Local: Brasília

Agente Violador: Polícia Militar

Vítima: Músico Fabiano Leitão Duarte, o tromPETISTA

A detenção do músico Fabiano Leitão Duarte, o tromPETISTA, na manhã de 10 de agosto de 2020, foi a única demonstração de força que o Bolsonarismo conseguiu imprimir em sua tentativa de ameaçar, com aparato militar na rua, a Câmara dos Deputados durante a votação da PEC do voto impresso.

Fabiano foi impedido, com truculência, de tocar seu trompete durante a passagem dos blindados militares na Esplanada dos Ministérios. Violentemente arrastado por policiais militares para a delegacia, sob acusação de “desobediên-

cia”, ele foi liberado pouco tempo depois sem assinar termo circunstanciado.

Além das agressões sofridas, o músico teve seu instrumento danificado. Em poucas horas, a vaquinha criada pelos amigos dele para comprar um trompete novo atingiu o objetivo.

Como não passou de um ato patético e deprimente de um presidente sem apoio popular, que ameaça a sociedade e as instituições diariamente, o desfile de blindados virou piada nas redes sociais e evidenciou o isolamento de Jair Bolsonaro.



2.14 – Instagram censura tira com beijo lésbico

Data: 16/2/2022

Local: Brasil

Agente Violador: Instagram

Vítima: ilustrador Leandro Assis e Triscila Oliveira

Em fevereiro de 2022, o ilustrador Leandro Assis (@leandro_assis_ilustra) anunciou que o Instagram censurou a última tira da série “Os Santos”, de autoria dele e de Triscila Oliveira.

A justificativa da plataforma para a exclusão da tira foi “discurso de ódio”. Em seu perfil, o ilustrador questionou a decisão do Instagram. “Discurso de ódio?! Onde? Será que o Instagram

considera um beijo entre mulheres ‘discurso de ódio’? ”, disse.

A tira tinha sido postada na semana anterior e já contava com milhares de curtidas. Essa não é a primeira vez que a série “Os Santos” sofre censura na rede. O conteúdo da página, que é antirracista, já foi alvo da política de censura do Instagram outras vezes, com exclusão de conteúdo.

3. Cerceamento a servidores públicos

Os servidores públicos, em especial os trabalhadores da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), estiveram entre as maiores vítimas de censura no atual período. De acordo com o 4º Dossiê de Censura e Governismo na EBC, lançado em agosto de 2022, e que analisou o período entre agosto de 2021 a julho de 2022, foram contabilizadas 292 denúncias de censura e governismo nos veículos públicos da EBC: Rádio Nacional, Rádio MEC, TV Brasil, Agência Brasil, Radioagência Nacional e as respectivas redes sociais. O levantamento, feito pela Comissão de Empregados da EBC e pelos Sindicatos dos Jornalistas e dos Radialistas do Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo, prova a gravidade da situação. Não é a toa que as violações na comunicação são alvos de um capítulo específico deste relatório.

Figuras fundamentais na garantia da isonomia das instituições públicas, foi graças a esses trabalhadores que denúncias nos Ministérios do Meio Ambiente e da Saúde, por exemplo, chegaram ao conhecimento da população. Em abril de 2021, o delegado Alexandre Saraiva, ex-su-

perintendente da Polícia Federal no Amazonas, enviou uma notícia-crime ao Supremo Tribunal Federal (STF) com denúncias de organização criminosa, advocacia administrativa e obstrução de fiscalização por parte do até então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Na CPI da Pandemia, no mesmo ano, o servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda relatou irregularidades no processo de compra da Covaxin.

A vida não foi fácil para quem tentou exercer o seu trabalho em um governo cujo sigilo e falta de transparência foram regra: no governo de Jair Bolsonaro as respostas negativas às solicitações de informações através do portal Fala.BR aumentaram 663,08% em relação ao governo da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), de acordo com dados do Painel de Acesso a Informação da União (CGU).

Esta edição do relatório da campanha Calar Jamais! traz uma amostra que, embora não totalizante de todos os casos de perseguição, mostra a abrangência dessa tentativa de silenciamento e controle de informações.





3.1 - Patrulhamento ideológico na Escola Superior de Guerra (ESG)

Data: 8/5/2020

Onde: Brasília

Agente violador: Escola Superior de Guerra (ESG)

Vítimas: Servidores da Escola Superior de Guerra (ESG)

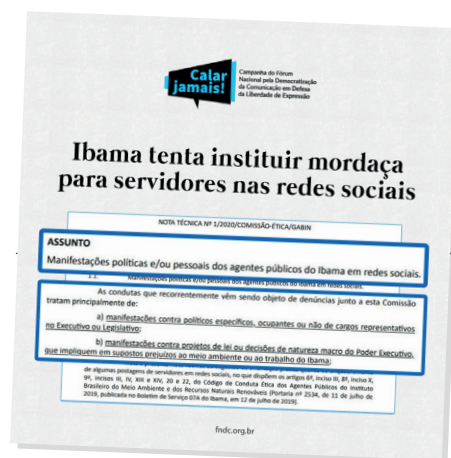
Em março de 2020, a Escola Superior de Guerra (ESG) consultou a assessoria jurídica do Ministério da Defesa sobre a possibilidade de punir servidores do órgão por críticas a Jair Bolsonaro. O caso veio à tona em maio do mesmo ano.

No ofício, a ESG teria indagado à consultoria jurídica do Ministério da Defesa quais medidas poderia aplicar a profissionais que criticassem Bolsonaro durante palestras, simpósios e até mesmo em suas redes sociais privadas (mesmo estando de férias, licença ou folga).

Depois da divulgação do documento, o Ministério da Defesa justificou em nota que o envio do documento

à consultoria jurídica foi “de caráter consultivo, sem qualquer proposta ou intenção punitiva de quem quer que seja, objetivando tão somente obter orientações, a fim de informar e proteger os integrantes da Escola Superior de Guerra para que pautem seus procedimentos de acordo com a legislação vigente”.

Embora não destoe do discurso autoritário característico do governo Bolsonaro, a conduta ditatorial do comando da ESG reforçou a necessidade de mobilização permanente da sociedade em defesa da liberdade de expressão, entre outros direitos democráticos. (Com informações do site Congresso em Foco)



3.2 - Ibama tenta censurar servidores das redes sociais

Data: 28/5/2020

Onde: Brasília

Agente violador: Ibama

Vítimas: Servidores do Ibama

Em maio de 2020 a Comissão de Ética do Ibama elaborou uma nota técnica ameaçando punir servidores que se manifestassem contra o governo nas redes sociais e aplicativos de mensagens. O documento

alertava os servidores a não compartilharem manifestações contra políticos específicos, ocupantes de cargos no Executivo e Legislativo; posições contrárias a projetos de lei do Congresso e atos do governo; manifestações contra exonerações e nomeações de servidores para cargos de chefia; e compartilhamento de notícias veiculadas na imprensa.

Em nota, a Associação Nacional dos Servidores Ambientais (Ascema) defendeu que “A liberdade de expressão protege simultaneamente os direitos daqueles que desejam expor as suas opiniões ou sentimentos e os do público em geral. A despeito de uma suposta regulamentação de normas existentes, não se pode proibir que o servidor, na qualidade de cidadão, expresse suas opiniões, sob alegação de que essas seriam potencialmente causadoras de “prejuízos” à imagem do órgão e de seus agentes”.



A Controladoria-Geral da União tentou coibir a livre expressão de opinião de seus servidores federais nas redes sociais. A tentativa ocorreu por meio da Nota Técnica 1556/20. O documento defendeu a possibilida-

Para o vice-presidente da Ascema, Denis Rivas, mesmo não oficializadas, as normas reforçaram a intimidação ao servidor, ele denunciou ainda diversos casos de servidores que foram intimidados no ambiente mais reservado, sem a possibilidade de defesa. “É uma prática deste novo governo, colocar os servidores em uma sala fechada, sem celular e fazer falas intimidatórias”.

Em março do mesmo ano, o então presidente do IBAMA, Eduardo Bim, oficializou a restrição do acesso da imprensa aos servidores do órgão ambiental, por meio da Portaria nº 560/2020 que estabeleceu que os contatos com a imprensa fossem mediados pela Assessoria de Comunicação (Ascom), obrigando as chefias a reportarem qualquer tentativa de contato direto dos jornalistas. (Com informações do site Congresso em Foco)

3.3 - CGU ameaça punir servidores por críticas a Bolsonaro na internet

Data: 30/7/2020

Onde: Brasília

Agente violador: Controladoria-Geral da União

Vítimas: Servidores da Controladoria-Geral da União

de de punição para servidor federal que expressasse “opinião acerca de conflitos, assuntos internos ou de manifestações críticas ao órgão ao qual pertença” em suas redes sociais. Outros órgãos já haviam editado

normas internas de monitoramento e cerceamento à liberdade de expressão de seus servidores. Em junho de 2020, o Ministério da Saúde enviou “dicas” de ética nas redes sociais a serem seguidas pelo seu quadro funcional, dando a entender que a ascensão profissional pode ser definida de acordo com o teor das publicações.

Em maio do mesmo ano, Ibama e Escola Superior de Guerra também editaram normas para punir servidores que se manifestassem contra o governo nas redes sociais e aplicativos

de mensagens. Em junho de 2020, reportagem revelou que o Ministério Público Federal solicitou um documento sigiloso produzido pela Seopi (Secretaria de Operações Integradas), do Ministério da Justiça, no qual mapeou servidores federais e estaduais de segurança pública “antifascistas”. O caso gravíssimo de monitoramento de policiais e agentes de segurança estaduais e federais ficou conhecido como dossiê antifascista e foi considerado ilegal pela maioria dos ministros do STF em maio de 2022. (Com informações do Congresso em Foco e Uol)



3.4 - Censura prévia a pesquisadores do ICMBio

Data: 15/3/2021

Onde: Brasília

Agente violador: Ministro Ricardo Salles e Diretoria do ICMBio

Vítimas: Servidores da Controladoria-Geral da União.

Norma estabelecida pela Portaria 151, publicada no Diário Oficial da União de 11 de março de 2021, determinou que a partir de 1º de abril daquele mesmo ano os pesquisadores do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) só poderiam publicar textos científicos autorizados pelo diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade do órgão, Marcos Aurélio Venâncio (tenente-coronel da reserva da PM de São Paulo).

A norma foi estabelecida também obriga os pesquisadores a assinarem declaração de responsabilidade em que assumem total responsabilidade, “para os devidos fins”, sobre os manuscritos. Em entrevista ao Congresso em Foco, Suely Araújo, especialista-sênior do ICMBio, denunciou que a decisão afeta 14 centros ligados ao ICMBio, entre os quais o Tamar, referência mundial em conservação marinha. O Observatório do Clima, que reúne 37 entidades da sociedade civil que dis-

cutem mudanças climáticas, chamou a norma de “mordaça”. A portaria vem no escopo da sugestão do então ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, de “passar a boiada” nas regras de proteção ambiental enquanto a mídia estivesse focada em noticiar a pandemia, manifestada na reunião

ministerial de 22 de maio do ano passado. Na ocasião, a Bancada do Psol na Câmara entrou com um Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo, e a bancada do PT no Senado acionou o Ministério Público Federal. (Com informações do Congresso em Foco).



3.5 - Ministério do Meio Ambiente intimida servidor

Data: 7/5/2021

Onde: Brasília

Agente violador: Assessores do Ministério do Meio Ambiente

Vítimas: Servidor Ibama, Hugo Leonardo Mota Ferreira

Em maio de 2021, um analista ambiental do Ibama foi intimidado e pressionado por um superior e por um assessor do Ministério do Meio Ambiente por apontar, em nota informativa, “gestão inadequada” do Ibama e “inércia/omissão” do Ministério do Meio Ambiente (MMA) no processamento de multas ambientais (menos de 2% foram apreciadas). O documento foi produzido em resposta a um questionamento do Tribunal de Contas da União (TCU).

A denúncia de perseguição ao servidor partiu da Associação dos Servidores da Carreira de Especialistas

em Meio Ambiente (Asibama) e do Plano Especial de Cargos do MMA e do Ibama (PECMA) do Distrito Federal. De acordo com a Asibama-DF, Hugo Leonardo Mota Ferreira foi retirado de sua sala e teve seu computador confiscado.

O sistema de processamento das autuações ambientais foi criado pelo então ministro Ricardo Salles há dois anos como parte de sua gestão. O relato se soma a várias outras denúncias de intimidação, assédio e tentativa de silenciamento de servidores do Executivo Federal por parte do governo, especialmente servidores do Ibama.

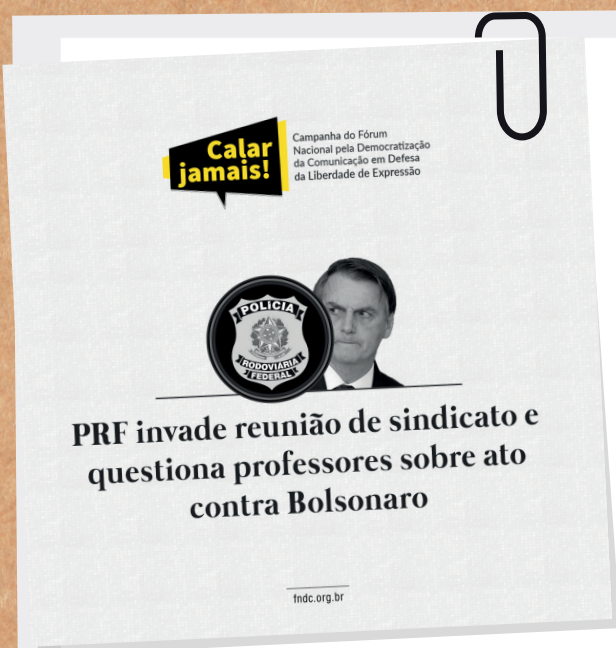
4. Repressão a protestos, manifestações sociais e organizações políticas

O ódio de Jair Bolsonaro contra movimentos sociais e organizações políticas com ideias diferentes das suas já era disseminado em sua campanha eleitoral. "Tipificar como terrorismo invasão de propriedade privada" foi uma de suas principais bandeiras e, embora não tenha conseguido concretizá-la, a perseguição e repressão a protestos, manifestações, movimentos sociais e organizações políticas foi marca de seu governo: 'Vamos fuzilar a

petralhada', disse Bolsonaro em 2018 ainda em campanha.

O direito de manifestação e de reunião são protegidos pela Constituição Federal, mas legitimadas por um líder do Poder Executivo que em seus discursos criminaliza essas organizações e incita a violência, não é de se surpreender que as diversas instituições de governo e pessoas da sociedade civil tenham se sentido encorajadas a práticas antidemocráticas e contra a liberdade de expressão.





4.1 - Polícia Rodoviária Federal invade reunião de sindicato e questiona professores sobre ato contra Bolsonaro

Data: 23/7/2019

Onde: Amazonas

Agente violador: Polícia Rodoviária Federal

Vítimas: Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Amazonas

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) agiu como escudo do presidente da República, na tentativa de blindá-lo da insatisfação popular. Em julho de 2019, três agentes da PRF invadiram a sede do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas (Sinteam), durante reunião de movimentos sociais, para questionar os participantes sobre a organização de um protesto por ocasião da visita de Jair Bolsonaro (PSL) ao estado.

De acordo com declarações dos sindicalistas a veículos de imprensa, os policiais portavam armas longas e disseram estar a serviço do Exército, fato negado pelo Comando Militar da Amazônia (CMA).

No rol da liberdade de expressão estão direitos como direito de manifestação e direito de reunião, também protegidos pela Constituição Federal. Toda e qualquer instância do Estado deve não só obediência à CF, mas têm o dever de garantir que ela não seja violada.



4.2 - Polícia Militar censura faixa antifascista em torneio de tênis de mesa

Data: 15/12/2019

Onde: São Paulo

Agente violador: Comitê Paralímpico Brasileiro / Confederação Brasileira de Tênis de Mesa

Vítimas: Raquetadas Contra o Fascismo

Em dezembro de 2019, o grupo Raquetadas Contra o Fascismo teve uma faixa com mensagens antifascista censurada durante o Campeonato

Brasileiro de Tênis de Mesa (CBTM), no Centro Paralímpico de São Paulo.

“A bandeira do Raquetadas Contra O Fascismo foi retirada pela segurança do Centro Paralímpico a pedido de um membro da CBTM que alegou ser “político-partidária”. Estamos aguardando uma posição do Comitê Paralímpico Brasileiro – pois não há partido na bandeira”, criticou o mesa-tenista Ken Fujioka.

Após o questionamento do atleta, o Campeonato Brasileiro de Tênis de Mesa (CBTM) publicou nota afirmando que a retirada da faixa “aten-

dia ao pedido de outros torcedores, incomodados com a manifestação” e que “havia uma discussão áspera na arquibancada, colocando em risco a segurança de todos os demais”.

Fujioka, no entanto, negou e disse que apenas uma pessoa, que declarou ser bolsonarista, se incomodou. “A nota não reflete o ocorrido. Uma única pessoa, identificada por presentes como “Didi”, demonstrou incômodo pela bandeira e queria confiscá-la. E, diferentemente da bandeira, apartidária, esse senhor afirmou: “sou bolsonarista e quero essa merda retirada”. (Com informações blog Olhar Olímpico/Uol)



O deputado estadual Douglas Garcia (Republicanos) utilizou a estrutura da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para produzir um dossiê contra opositores do governo de Jair Bolsonaro. Denunciado pelo site Congresso em Foco, o documento trazia nomes, endereços, RGs, locais de trabalho e outras informações pessoais de pessoas que se declaram antifascistas.

Entre as observações sobre cada indi-

4.3 - Deputado usa estrutura da Alesp para produzir dossiê contra opositores de Bolsonaro

Data: 4/6/2020

Onde: São Paulo

Agente violador: deputado estadual Douglas Garcia

Vítimas: Ativistas

víduo, estão “segue diversas páginas antifascistas” e “vista com frequência na região central, Rua Augusta e adjacências”. O documento contém mais de mil páginas e circulou em grupos de direita no WhatsApp.

Pela gravíssima violação, o deputado Douglas Garcia foi condenado a indenizar todos os citados no ‘dossiê antifascista’ em agosto de 2021, em ação ajuizada por Márcio

Teixeira Laranjo, da 21ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo. Para o juiz a divulgação de dados pessoais sem autorização causou às vítimas “lesão imaterial, coletiva e individual, pelo desrespeito à honra e respeitabilidade à vida”.

A produção do dossiê como instrumento de perseguição viola a liberdade de pensamento, de expressão e de manifestação, direitos consagrados na Constituição Federal.

Em vídeo publicado em suas redes sociais, Garcia afirmou à época ter entregue o dossiê à Delegacia de Polícia Civil do Estado de São Paulo e

à Embaixada dos Estados Unidos no Brasil. O parlamentar sugeriu a criminalização de grupos que se denominam antifascistas e sua tipificação como terroristas.

Vale lembrar que, mais recentemente, em setembro, durante as eleições, o mesmo parlamentar agrediu verbalmente a jornalista Vera Magalhães, apresentadora do programa Roda-Viva, da TV Cultura, após o debate promovido pela emissora com candidatos ao governo de São Paulo. O caso gerou forte repercussão e indignação. Além disso, um processo de cassação contra o deputado foi aberto na Assembleia Legislativa paulista.

4.4 - Em represália ao pedido de impeachment da Coalizão Negra por Direitos, Bolsonaro esvazia Conselho de Igualdade Racial

Data: 12/8/2020

Onde: Brasília

Agente violador: Presidência da República

Vítimas: Coalizão Negra/Eduafro, Unegro, Movimento Negro

Unificado (MNU), Agentes de Pastoral Negros (APN's), Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB), Coletivo Nacional de Juventude Negra – ENEGRECER, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), CUT, UGT, UNE e Federação Árabe Palestina do Brasil (FEPAL).



Em agosto de 2020, o presidente Jair Bolsonaro destituiu os representantes das organizações negras do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, em reação ao pedido de impeachment protocolado pela Coalizão Negra em 11 de agosto do mesmo ano. A decisão foi publicada no Diário Oficial

da União em 12 de agosto, um dia depois de o pedido ter sido protocolado na Câmara dos Deputados.

Os 14 conselheiros destituídos cumpriam mandatos de dois anos para o período 2018-2020, a vencer em dezembro, e representavam as entidades Educafro, Unegro, Movimento Negro Unificado (MNU), Agentes de Pastoral Negros (APN's), Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB), Coletivo Nacional de Juventude

Negra – ENEGRECER, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), CUT, UGT, UNE e Federação Árabe Palestina do Brasil (FEPAL).

A portaria que esvaziou o conselho foi assinada pela ministra Damares Alves. A represália é incontestável e se soma a tantas outras medidas ditatoriais do governo genocida e racista de Jair Bolsonaro.



4.5 - Polícia Militar do Rio viola constituição ao censurar e prender líder popular durante protesto

Data: 4/3/2021

Onde: Rio de Janeiro

Agente violador: Polícia Militar

Vítimas: líder popular e militante do PT André Constantine

O líder popular e militante do PT André Constantine foi detido pela Polícia Militar do Rio de Janeiro enquanto discursava contra a proposta da prefeitura de armar a Guarda Municipal, em março de 2021. O ato ocorreu em frente à Câmara de Vereadores, no centro da capital fluminense. André teve o microfone arrancado da mão por um policial e em seguida, foi preso por desacato.

A ação da PM foi compartilhada nas redes sociais e em nota à imprensa, a Secretaria de Estado de Polícia Militar justificou a violência afirmando que André teria atacado e desacatado os policiais militares presentes. O que ocorreu, no entanto, foi que os policiais não gostaram de ouvir André dizendo que é preciso discutir a desmilitarização da polícia, “que caça preto e favelado

todos os dias” (afirmação sustentada pelas estatísticas oficiais).

Típica da escalada fascista em curso no país, a ação da PM viola a Constituição Federal, que garante liberdade de expressão e liberdade de manifestação. André foi liberado

algum tempo depois e recebeu apoio de várias lideranças, inclusive apoio jurídico. O episódio, no entanto, comprova a escalada de repressão aos direitos humanos e à liberdade de expressão, promovida por agentes públicos que deveriam garantir esses direitos constitucionais.



4.6 - Polícia Federal intima professora por outdoor crítico a Bolsonaro em PE

Data: 11/3/2021

Onde: Pernambuco

Agente violador: Polícia Federal/
Ministério da Justiça

Vítimas: professora Erika Suruagy

A abertura de inquérito pela Polícia Federal de Pernambuco para “investigar” a publicação de um outdoor crítico à gestão Bolsonaro foi mais uma prova do autoritarismo do governo Jair Bolsonaro.

A professora Erika Suruagy, vice-presidenta da Aduferpe (Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco), e o proprietário da empresa de outdoors contratada pela entidade foram intimados a prestar esclarecimentos sobre a peça publicitária no mês de fevereiro de 2020.

A PF apurava a acusação de que os outdoors teriam ferido a honra de Jair Bolsonaro. O outdoor, foi pago

por várias entidades, entre as quais a Aduferpe, e traz os dizeres “O senhor da morte chefiando o país/No Brasil, mais de 120 mil mortes por COVID19/#FORABOLSONARO”.

O FNDC repudiou mais esse ataque à liberdade de expressão e de manifestação política, garantidas pela Constituição Federal. O episódio, infelizmente, foi mais um momento da escalada fascista promovida pelo bolsonarismo. As intenções são óbvias: calar as vozes críticas e promover perseguição por meio do aparelhamento de órgãos governamentais. O MPF (Ministério Público Federal) de Pernambuco decidiu arquivar o inquérito em abril do mesmo ano. (Com informações UOL).



4.7 - Polícia Militar do Distrito Federal abusa de autoridade e prende militantes do PT por faixa com charge crítica a Bolsonaro

Data: 18/3/2021

Onde: Brasília

Agente violador: Polícia Militar

Vítimas: cinco militantes do PT

Em junho do ano de 2020, a Secretaria Especial de Comunicação (Secom) da Presidência da República ameaçou processar o chargista Aroeira por uma charge que associava Jair Bolsonaro ao nazismo. À época, a Secom evocava a Lei de Segurança Nacional, mesma justificativa usada hoje pela Polícia Militar do DF (PMDF) para prender cinco militantes do Partido dos Trabalhadores em Brasília em março de 2021.

Flagrantemente abusiva, a ação da PMDF sequer foi considerada pelo

delegado da Polícia Federal que tomou o depoimento dos manifestantes, liberando-os em seguida. A Constituição garante a liberdade de expressão e de manifestação de opinião, mas o governo Bolsonaro tentou reprimir a todo custo a reação legítima da sociedade à sua política.

Mais uma vez, chamou a atenção a forma abusiva como autoridades alinhadas com o governo Bolsonaro utilizaram a Lei de Segurança Nacional para perseguir e intimidar críticas ao governo



4.8 - Rodrigo Pilha torturado e espancado no Centro de Detenção Provisória

Data: 18/4/2021

Onde: Brasília

Agente violador: Centro de Detenção Provisória (CDP) II de Brasília

Vítimas: Rodrigo Grassi Cademartori, conhecido como Rodrigo Pilha

O militante Rodrigo Grassi Cademartori, conhecido como Rodrigo Pilha, foi vítima de tortura e espan-

camento no Centro de Detenção Provisória (CDP) II de Brasília. Pilha recebeu chutes, pontapés e

murros de agentes que se declararam bolsonaristas. Um deles, inclusive, dizia que “Bolsonaro tinha vindo para acabar com vagabundo”.

Pilha foi detido no dia 18 de março por estender uma faixa na Esplanada dos Ministérios com a charge de Aroeira que mostra Bolsonaro transformado uma cruz numa suástica e com a inscrição “genocida”. No dia de sua detenção, Pilha foi liberado pelo delegado da Polícia Federal junto com outros quatro militantes detidos pelo protesto, já que o ato não configura crime. Na saída da delegacia, porém, Pilha foi informado de que não poderia ser liberado porque havia outro processo por desacato à autoridade, de 2014.

Nesse processo de 2014, Pilha foi condenado a sete meses de prisão, em julgamento realizado à revelia, por de-

sacato à autoridade. A prisão dele, no entanto, foi denunciada como prisão política. Após denúncias, o ativista foi transferido para a Penitenciária da Papuda. Pilha cumpriu a pena em regime semiaberto, mesmo após decisão da Justiça para que ele fosse ao regime aberto. Embora saísse para trabalhar, voltava para a Papuda todos os dias. À época, tanto a família como os advogados consideravam que ele sofria, inclusive, risco de morte. O ativista foi solto na noite de 10 de julho.

Cabe ao Estado zelar pela segurança daqueles que estão sob sua custódia. A conduta dos agentes feriu a Constituição Federal, o Código Penal e as normas que regem a atividade de agentes carcerários, entre outros dispositivos legais. (Com informações Revista Fórum, Rede Brasil Atual e Congresso em Foco).



4.9 - Funai aciona Polícia Federal contra Sônia Guajajara por críticas ao governo Bolsonaro

Data: 19/3/2021

Onde: Brasília

Agente violador: Funai/Polícia Federal

Vítima: Sônia Guajajara, líder indígena

Uma das táticas utilizadas pelo governo Bolsonaro para o cerceamento da liberdade de expressão foi a instrumentalização de órgãos do Estado para enfraquecer setores que deveriam proteger. Aconte-

ceu, entre outros, com Ministério do Meio Ambiente, na Fundação Cultural Palmares e, agora, na Fundação Nacional do Índio (Funai), que abriu inquérito contra a líder indígena Sônia Guajajara. A

acusação é de “difamação contra o governo federal”.

Sônia Guajajara, coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), é uma das mais conhecidas e respeitadas representantes indígenas do país. Mais especificamente, o governo acusa a Apib de difamar o governo durante a websérie “Maracá”. O inquérito foi aberto em 19 de março de 2021 pelo delegado Francisco Vicente Badenes Junior, da Polícia Federal.

Lançada em 2020, a websérie denunciou violações de direitos cometidas

contra os povos indígenas no contexto da pandemia, inclusive denúncias feitas ao Supremo Tribunal Federal (STF), na ADPF 709.

Em nota, a Apib afirmou que a tentativa de criminalizar os povos indígenas quer “esconder uma realidade já conhecida pelo Supremo”. “Não irão prender nossos corpos e jamais calarão nossas vozes. Seguiremos lutando pela defesa dos direitos fundamentais dos povos indígenas e pela vida!”

Em 5 de maio de 2021, a Justiça Federal do Distrito Federal determinou à Polícia Federal o arquivamento do inquérito.



4.10 - Agronegócio proíbe propaganda crítica a Bolsonaro em Cuiabá-MT

Data: 28/5/2021

Onde: Mato Grosso

Agente violador: empresários do agronegócio

Vítimas: Associação dos Docentes da Unemat e outras entidades

À revelia da Constituição Federal, que garante liberdade de expressão, “empresários e sojicultores” ameaçaram empresa responsável por outdoors para retirar o material da campanha contratada por sindicatos e entidades de educação. O caso ocorreu em Sinop, no Mato Grosso.

Em nota apócrifa, apoiadores de Jair Bolsonaro expuseram dados da

empresa de mídia que veiculou os outdoors e convocaram os cidadãos a se manifestarem em tom de ameaça. “Em Sinop petista e esquerdista não vai se criar, serão sempre escoraçados para bem longe”, diz trecho da nota.

Segundo Thiélide Pavanelli, representante da Associação dos Docentes da Unemat (ADUNEMAT), uma das entidades responsáveis pela campa-

nha, foi um caso nítido de censura por parte dos empresários, que usam de suas estruturas e do capital para desmontar qualquer possibilidade de crítica ao governo Bolsonaro.

Bolsonaro e seus apoiadores estão, no entanto, sob a lei da mesma forma

que todos os brasileiros e brasileiras. Cercear a liberdade de expressão, censurar a opinião pública e impedir que a sociedade possa se manifestar é um crime que deve ser investigado e punido de acordo com a legislação pertinente. (Com informações d'O Povo Online)



4.11 - Jornalista denuncia censura a faixa por militar do Exército

Data: 8/7/2021

Onde: São Paulo

Agente violador: militar, identificado como S2 Ribeiro

Vítima: jornalista Roberta Rodrigues

As Forças Armadas cercearam a liberdade de expressão de brasileiras e brasileiros em plena luz do dia. A jornalista Roberta Rodrigues denunciou em 08 de julho de 2021 ter sido abordada por um militar do Exército enquanto esperava para se vacinar na no Memorial da América Latina, em São Paulo.

O militar, identificado como S2 Ribeiro, retirou um cartaz com críticas ao governo de Jair Bolsonaro que ela havia fixado no seu carro. De acordo com ela, o militar alegou cumprir “ordem do Comando do Exército”.

O cartaz tinha uma mensagem com o número de mortos no país pela pandemia e os dizeres: “Essas mortes poderiam ter sido evitadas. Não fo-

ram e só tem um culpado: Jair Bolsonaro”. Antes de entrar no Memorial, ela relata que um segurança do local a abordou questionando a mensagem do cartaz, ao que ela rebateu e seguiu para a tenda de vacinação.”

De acordo com Roberta, ao entrar na cabine para ser vacinada, ouviu dois membros do Exército conversando. “Ouvi um deles dizendo: ‘Ela está falando do Bolsonaro’. Eu ignorei e fiquei olhando para a frente. De repente, um deles parou na janela do meu carro e disse: ‘Você não pode ficar com esse cartaz, vou ter que tirar’. Eu questionei o porquê e ele disse: ‘Porque você está falando do Bolsonaro’”, relatou. (Com informações UOL)



4.12 - Prisão política de Paulo Galo

Data: 28/7/2021

Onde: São Paulo

Agente violador: Judiciário

Vítimas: Paulo Galo e movimento
Revolução Periférica

O FNDC se somou ao movimento pelo fim da prisão política de Paulo Galo, trabalhador paulistano. Líder dos entregadores por aplicativos, Galo foi preso no dia 28 de julho após assumir a autoria do incêndio da estátua do bandeirante escravocrata Borba Gato, em Santo Amaro-SP.

Integrante do movimento Revolução Periférica, teve a prisão temporária decretada durante o interrogatório, juntamente com sua esposa, a costureira Géssica de Paula Silva, solta após comprovar que estava em casa no momento do protesto.

Paulo seguiu preso mesmo após o ministro Ribeiro Dantas, do STJ, ter concedido habeas corpus em 5 de agosto, pois a juíza Gabriela Bertoli decretou sua prisão preventiva e a de outros dois ativistas. Em um trecho da decisão, Dantas afirma que a

decisão do encarceramento “(...) parece ter se preocupado mais com o movimento político que o paciente participa (...) do que com os possíveis atos ilícitos praticados por ele”.

O ativista foi solto em 10 de agosto, após 14 dias na prisão. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) revogou as prisões preventivas de três investigados por incendiar pneus em volta da estátua do bandeirante Borba Gato, zona sul de São Paulo.

Sua prisão política serviu aos interesses daqueles que buscam criminalizar as lutas populares. O ato de incendiar a estátua não trouxe danos consideráveis ao patrimônio público e nem resultou em vítimas. Com endereço fixo e sem poder para interferir em qualquer investigação, Galo poderia responder por seus atos em liberdade.

**Calar
jamais!**

Campanha do Fórum
Nacional pela Democratização
da Comunicação em Defesa
da Liberdade de Expressão



fndc.org.br

**Ameaças de
morte e
espionagem
forçam
presidente
da SaferNet
a deixar o
Brasil**

4.13 - Ameaças de morte e espionagem forçam presidente da SaferNet a deixar o Brasil

Data: 8/12/2021

Onde: Brasil

Agente violador: Não indentificado

Vítima: presidente da SaferNet

Brasil, Thiago Tavares

Às vésperas do Dia Internacional dos Direitos Humanos (10/12/2021), o fundador e presidente da SaferNet Brasil, Thiago Tavares, deixou o Brasil e exilou-se voluntariamente em Berlim, na Alemanha.

Thiago sofreu ameaças de morte e teve seu computador invadido pelo programa espião Pegasus, de propriedade da empresa israelense NSO Group e que tem sido usado contra jornalistas, políticos e ativistas em diversos países.

A Safernet é uma organização de direitos humanos notoriamente conhecida por sua atuação no combate à pedofilia online, que vinha trabalhando na captura de um dos maiores pedófilos do mundo, aqui no Brasil, e no combate à desinformação nas

eleições, entre outras tantas causas. Segundo a carta, Tavares sofreu ameaças de morte após participar, no dia 26 de outubro de 2021, da mesa “Como se estruturam as campanhas de ódio e desinformação” do “Seminário Internacional Desinformação e Eleições” do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). No dia 22 de novembro, um funcionário da organização sofreu um sequestro relâmpago em Salvador (BA), foi ameaçado e teve o celular e computador roubados.

Viver num país cada vez mais dominado por milícias digitais significa perigo de morte para muitos defensores de direitos humanos. Enquanto as instituições brasileiras não forem capazes de frear esse tipo de crime o Brasil seguirá colecionando cada vez mais retrocessos. (Com informações do Tilt/Uol)

5. Repressão e censura nas instituições de ensino

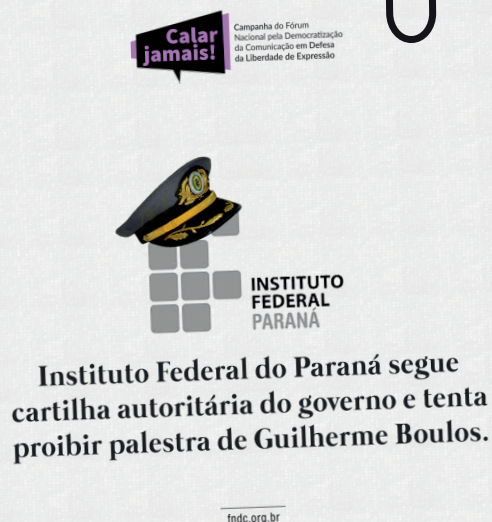
Um dos principais alvos de ataques da política fascista dos governos do Brasil desde o Golpe midiático e parlamentar que depôs a Presidenta Dilma em 2016 tem sido as instituições de ensino. Com o debate imposto sobre temas como a escolas sem partido e a “ideologia de gênero”, junto ao corte de recursos para educação, pesquisa e tecnologia, foi feito um verdadeiro desmonte nas políticas públicas destes setores.

Cortes de verbas, nomeação de militares para os cargos estratégicos da educação, corte de merenda escolar, proibição de livros, implementação de escolas militares na rede pública em parceria com Estados e Municípios governado por conservadores,

perseguição a professores e alunos, e proibição de conteúdos que abor-dem os preceitos para construção de uma sociedade mais democrática.

Não foram poucas as medidas que vieram atacar as nossas instituições de ensino. As universidades foram sucateadas, os recursos voltados para pesquisa quase se extinguíram. Os ataques à liberdade de expressão e a instrumentalização de instituições públicas a serviço do autoritarismo e da perseguição ao debate democrático tem sido uma constante nos últimos anos. O cerceamento ou a tentativa de cerceamento às vozes divergentes ao governo é típico do governo autoritário de Bolsonaro.





5.1 - Instituto Federal do Paraná segue cartilha autoritária do governo e tenta proibir palestra de Guilherme Boulos

Data: 9/8/2019

Local: Paraná

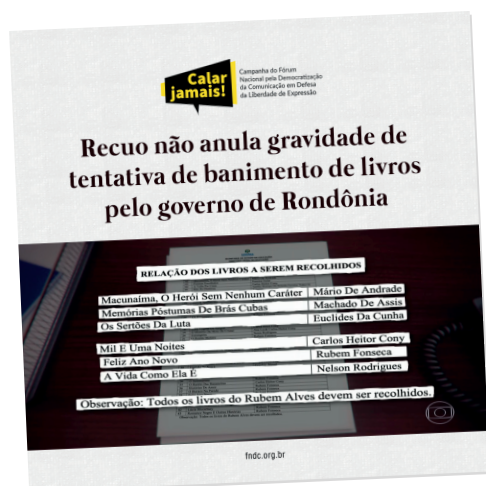
Agente Violador: Instituto Federal do Paraná

Vítima: Guilherme Boulos

O líder do MTST Guilherme Boulos denunciou a proibição de uma palestra que seria dada no Instituto Federal do Paraná (IFPR), pelo procurador da instituição. O evento, no entanto, foi realizado na rua, em frente ao Instituto.

Foi proibida a entrada, o uso da sala, das dependências do Instituto, explicou. “É mais um arbítrio. Não é a primeira vez que, no governo Bolsonaro, se tenta impedir que se realizem eventos ligados à esquerda, críticos

ao governo, ligados à oposição nas dependências de instituição de Ensino. Educação é um espaço de diversidade, é um espaço que tem que ter a crítica, tem que ter o contraditório”, afirmou Boulos em vídeo postado no Facebook. “A direita pode fazer, como faz, suas atividades em universidade e institutos e tentam agora silenciar, bloquear essa participação. É próprio de quem entende a educação de uma maneira estreita”, declarou. (Com informações da Revista Fórum).



5.2 - Tentativa de banimento de livros pelo governo de Rondônia

Data: 7/2/2020

Local: Rondônia

Agente Violador: secretário de Educação de Rondônia, Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu

Vítima: estudantes e professores de Rondônia

Embora tenha recuado após a repercussão nas redes sociais, é gravíssimo que uma secretaria de educação decreta banimento de

obras literárias das escolas que administra. Mesmo não tendo levado a cabo a determinação expressa no memorando 4/2020, o secretário de

Educação de Rondônia, Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, assinou a peça endereçada às coordenadoras de educação do estado.

O memorando cita 43 obras que deveriam ser recolhidas “imediatamente” dos kits de livros paradigmáticos encaminhados às escolas para compor o acervo das bibliotecas. Macunaíma, de Mário de Andrade; Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis; e O Seminarista, de Rubem Fonseca, estão entre os títulos que seriam censurados. Ao fim da lista, o documento trazia a

observação: “Todos os livros de Rubem Alves devem ser recolhidos”. A tentativa de instituir uma “polícia do pensamento” não é novidade, principalmente no período de ascensão do pensamento autoritário ao comando do Executivo Federal, mas nos chocou e nos scandalizou.

É preciso denunciar e rechaçar de todas as formas essas intenções, ações e quase ações que buscam moldar e reduzir nossas visões de mundo. Elas são inconstitucionais, imorais e não devem mais ter lugar numa sociedade que se propõe minimamente democrática.



5.3 - Interventor bolsonarista manda polícia reprimir estudantes do IFRN

Data: 11/8/2020

Local: Rio Grande do Norte

Agente Violador: Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Josué Moreira

Vítimas: estudantes do Rio Grande do Norte

O reitor pró tempore do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Josué Moreira, acionou a polícia contra um grupo de 30 estudantes que faziam protesto pacífico contra a intervenção no órgão na manhã de 11 de agosto de 2020. Ao Portal do RN, o estudante Felipe Garcia, um dos alunos participantes do ato, relatou que não houve qualquer

tipo de ameaça ao reitor ou qualquer dano ao patrimônio público. De acordo com Felipe, Moreira chamou a Polícia Militar (PM) e a Polícia Federal (PF). “Chegaram aqui 4 viaturas da PM e uma da PF.

Sem necessidade. Apenas aproveitamos o Dia do Estudante para fazer um ato em defesa do IFRN, que está sob intervenção”, explicou o estudan-

te. Josué Moreira foi nomeado pelo então ministro Abraham Weintraub em abril do mesmo ano, sem ter con-

corrido ao cargo e à revelia da eleição do professor José Arnóbio de Araújo pela comunidade.



5.4 - Perseguição e censura à professores da UFPEL pelo MEC tem caráter fascista

Data: 3/3/2021

Local: Pelotas - RS

Agente Violador: Ministério da Educação/Universidade Federal de Pelotas/Controladoria-Geral da União

Vítimas: professores Pedro Hallal e Eraldo dos Santos Pinheiro

Dois professores da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) tiveram que assinar termos de ajuste de conduta se comprometendo a não criticar Jair Bolsonaro por dois anos. A universidade seguiu recomendação do Ministério da Educação, que solicitou às Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) “prevenir e punir atos político-partidários”.

Os professores foram “denunciados” à Controladoria-Geral da União pelo deputado Bibó Nunes (PSL), após uma transmissão ao vivo pelas redes sociais da UFPEL, no início de janeiro. Embora tenha arquivado os processos, o órgão “propôs” a assinatura dos termos aos docentes.

Um dos professores é o ex-reitor da UfpeL, Pedro Hallal, que tem feito crí-

ticas à atuação de Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19. Hallal é epidemiologista e é responsável por uma das pesquisas mais relevantes sobre Covid-19 no país, a Epicovid, cujos recursos foram cortados pelo governo federal e teve os dados sobre os indígenas censurados.

Hallal, inclusive, já foi alvo do próprio Bolsonaro, que utilizou suas redes sociais no dia 14 de janeiro de 2021 para expor um vídeo editado de uma entrevista de Hallal à Rádio Gaúcha, com a legenda “Reitor da Universidade de Pelotas. Simplesmente assista”. A partir daí, passou a sofrer ameaças que estão sob investigação da Polícia Federal. O outro alvo foi o professor Eraldo dos Santos Pinheiro, pró-reitor de Extensão e Cultura da UfpeL.

A assinatura dos termos não só viola a liberdade de expressão garantida pela Constituição, como também demonstra a inviabilidade

de um governo autoritário, amante do fascismo, e seu projeto de retrocesso de direitos duramente conquistados.



5.5 - PGU aciona Conselho de Ética da USP para intimidar professor

Data: 17/5/2021

Local: São Paulo - SP

Agente Violador: Procurador-geral da República, Augusto Aras/Conselho de Ética da Universidade de São Paulo (USP)

Vítima: professor Conrado Hübner

O procurador-geral da República, Augusto Aras, solicitou ao Conselho de Ética da Universidade de São Paulo (USP) que investigasse o professor Conrado Hübner por artigos de opinião publicados em sua coluna na Folha de São Paulo. Hübner, que é professor de direito constitucional, considera a representação de Aras uma forma de intimidação.

O professor afirmou que a representação da PGU “é uma mensagem geral para se censurar, pois qualquer um pode ser o próximo”. A justificativa de Aras é de que o acadêmico teria exorbitado a crítica, “para flertar com o escárnio e a calúnia”. As críticas são relativas à forma como Aras tem blindado o governo Bolsonaro em sua condução irresponsável da pandemia.



5.6 - Polícia Federal insiste em inquérito que investiga “atos antifascistas” na Uece

Data: 11/6/2021

Local: Ceará

Agente Violador: Polícia Federal e grupos de estudos cristãos da Uece

Vítimas: professores e alunos da Universidade Federal do Ceará (Uece)

A Polícia Federal intimou professores e alunos da Universida-

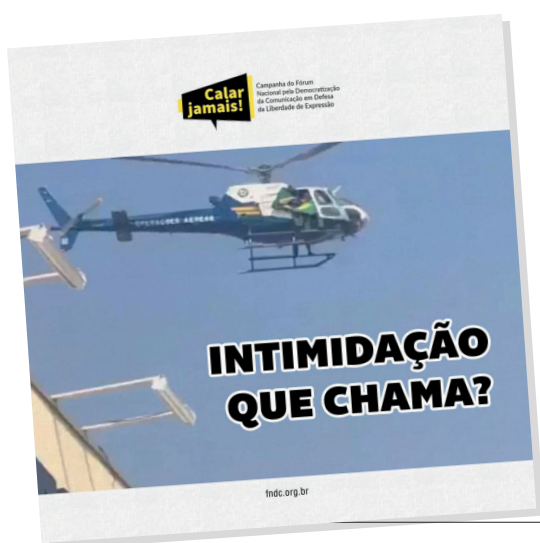
de Federal do Ceará (Uece) para depor sobre supostas “práticas antifascistas” mesmo após o Ministério Público Federal afirmar que não havia viabilidade na acusação.

Denunciados por três estudantes membros de grupos de estudos cristãos da Uece, os professores teriam realizado aulas públicas sobre fascismo em 2018. Os denunciantes alegaram terem sido ameaçados por não apoiarem o candidato à presidência do PT,

Fernando Haddad.

Em nota, a universidade defende os professores e afirma que em nenhum momento perseguiram alunos por terem posicionamentos divergentes.

Com a palavra, a corregedoria da Polícia Federal e o próprio Ministério Público Federal. É inadmissível que professores, estudantes e quaisquer cidadãos sejam perseguidos por se posicionarem contra o fascismo.



5.7 - Intimidação a professores e estudantes

Data: 2/9/2021

Local: Mato Grosso

Agente Violador: Polícia Militar e Colégio Notre Dame de Lourdes

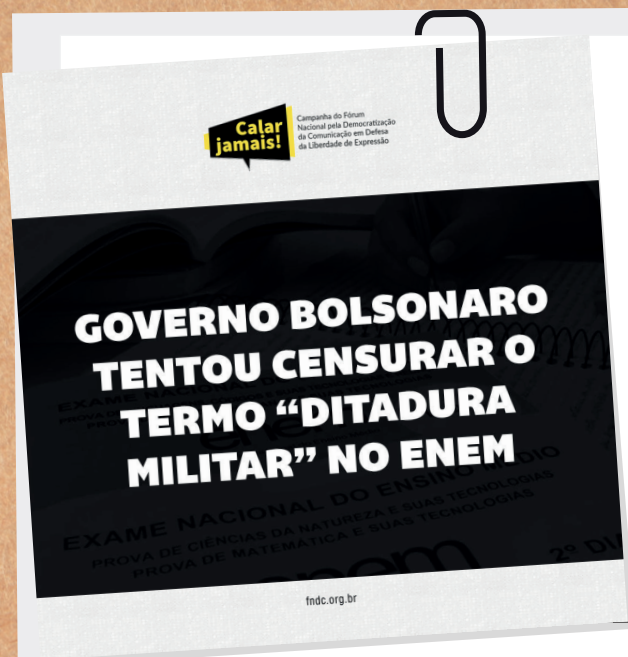
Vítimas: professores e alunos do Colégio Notre Dame de Lourdes

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) denunciou o sobrevoio rasante de um helicóptero da Polícia Militar sobre uma escola particular em Cuiabá-MT, como tentativa de intimidar professores e estudantes.

Durante o voo, policiais que estavam na aeronave estenderam uma bandeira do Brasil. A ação ocorreu dois dias

depois de o Colégio Notre Dame de Lourdes punir com suspensão uma professora por críticas à atuação do governo de Jair Bolsonaro na proteção do meio ambiente e dos povos indígenas.

O Ministério Público do MT abriu inquérito para apurar se a ação da PM tem alguma relação com a punição da docente pelo colégio, que é um estabelecimento privado.



5.8 - Governo Bolsonaro tentou censurar o termo “ditadura militar” no Enem

Data: 18/11/2021

Local: Mato Grosso

Agente Violador: Jair Bolsonaro/
INEP

Vítima: ENEM

Foi gravíssima, mas não inesperada, a informação preliminar de que o governo Bolsonaro tenha exigido a troca do termo “ditadura militar” por “regime militar” em questões da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A informação foi revelada ao site Congresso em Foco pela deputada Tabata Amaral. O episódio foi o estopim da demissão de 35 servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), na semana passada.

De acordo com a parlamentar, o Ministério da Educação ainda não enviou as informações requeridas

sobre as interferências do governo na prova, no entanto, essas informações foram relatadas pelos profissionais que deixaram o Instituto.

O Brasil já conhece a visão do governo Bolsonaro sobre a ditadura militar, assim como conhece seu autoritarismo. Aconteceu o mesmo na Empresa Brasil de Comunicação, conforme denunciado em três edições do Dossiê sobre Censura e Governismo na comunicação pública.

É inconcebível que o Governo Federal tente censurar a história. Os danos do Bolsonarismo à democracia que vínhamos tentando construir já são incontáveis.

6. Desmonte da comunicação pública

O desmonte da Comunicação Pública iniciou ainda no governo Temer e o principal alvo foi a EBC – Empresa Brasil de Comunicação. A primeira medida foi a destituição do Conselho Curador, que tinha na sua composição a representação da sociedade, em seguida a demissão do seu presidente e a nomeação de mais um militar para assumir o desmonte da empresa.

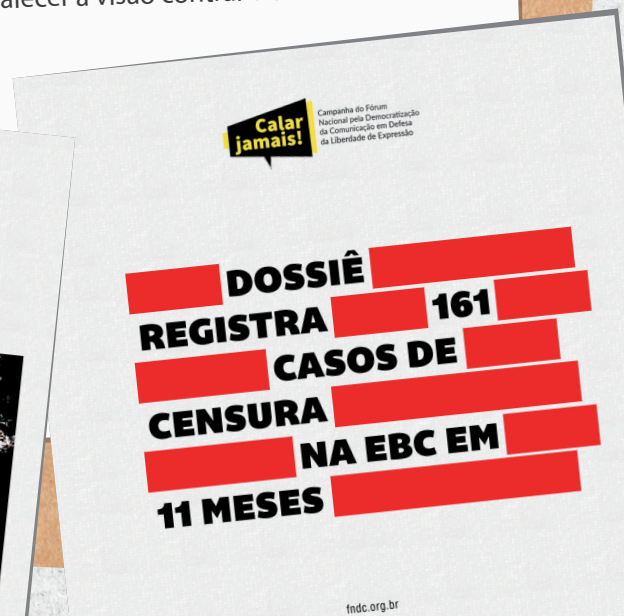
Extinguir rádios e TVs públicas, enxugar a empresa, mudar a programação, proibindo a veiculação de programas que fortaleçam os aspectos democráticos e tornar a EBC uma empresa de divulgação das ações e ideologias do Governo foi o plano traçado.

A perseguição a jornalistas e funcionários foi uma prática do governo Bolsonaro, uma política recheada de assédio que procurou eliminar aqueles que pensam diferente do governo. A EBC que tinha o papel de garantir a complementaridade prevista na constituição, transformou-se numa emissora a serviço do governo, principalmente após a sua fusão com

a NBR – TV Nacional do Brasil, canal controlado pelo governo federal e que cobria a agenda do poder Executivo, em abril de 2019. A participação da sociedade civil deixou de existir na construção da programação e foram constantes as censuras a programas, artistas e jornalistas.

A pauta da emissora passou a ser ditada pelo governo, transformando-a em um canal a serviço do mesmo. A EBC chegou a ser incluída no programa de privatização, mas os trabalhadores e a sociedade resistiram às atrocidades e desmandos do governo Bolsonaro.

A transgressão do Governo foi tamanha que os trabalhadores da empresa elaboraram um dossiê que denuncia as censuras promovidas e o uso do governo para fortalecer a sua visão negacionista quanto à pandemia. A EBC está no relatório da CPI que foi criada para investigar a irresponsabilidade deste governo, onde fica evidente o uso da emissora para fortalecer a visão contrária à ciência.



**Calar
jamais!**

Campanha do Fórum
Nacional pela Democratização
da Comunicação em Defesa
da Liberdade de Expressão



**Rádio MEC AM, a mais
antiga do Brasil, na mira do
governo Bolsonaro.**

fnndc.org.br

6.1 - Governo Bolsonaro tenta extinguir Rádio MEC AM, a mais antiga do país

Data: 8/7/2019

Local: Rio de Janeiro

Agente Violador: Governo Federal

Vítima: Rádio MEC

Em julho de 2019, a EBC decidiu extinguir a rádio MEC AM do Rio de Janeiro, o que só não aconteceu devido à forte reação da sociedade. A emissora de rádio é a mais antiga em funcionamento no Brasil. Inaugurada em 1923, quatro anos após o surgimento da pioneira Rádio Clube de Pernambuco, teve o seu sinal desligado no dia 31 de julho de 2019. O argumento da EBC de que é preciso “cortar custos” não encontrava respaldo na realidade, já que a empresa fechou o ano de 2018 com lucro líquido de mais R\$ 20 milhões, denunciou o FNDC à época.

Por lei, a EBC deveria contar com receita extraordinária de mais de R\$ 2 bilhões, oriunda da Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP), que são recursos arrecadados das empresas de telecomunicações para financiar a comunica-

ção pública no país, como prevê a Lei 11.652/2007. Esses recursos, no entanto, foram usados pelo governo para fazer superávit primário, desvirtuando por completo sua destinação original prevista na legislação.

Mesmo tendo recuado da extinção imediata, a direção da EBC tomou medidas que põem em risco a existência da Rádio MEC, como baixar sua potência a ponto de a emissora não poder mais ter seu sinal captado pelos dispositivos de rádio.

Além disso, a EBC não pediu sua migração para o FM. Como o prazo para o encerramento das transmissões AM termina em 2023, a Rádio MEC continua sob risco extremo, mesmo depois de ter se tornado Patrimônio Histórico e Cultural Imaterial do Rio de Janeiro após articulação dos movimentos sociais.



6.2 - TV Brasil censura Arnaldo Antunes

Data: 6/12/2019

Local: Brasília

Agente Violador: EBC

Vítima: Arnaldo Antunes

O vídeo mostra cenas de violência policial e disseminação de preconceitos no Brasil em contraposição à letra, que diz “miliciano não existe. Torturador não existe. Fundamentalista não existe. Terraplanista não existe. Monstro, vampiro, assombração. O real resiste. É só pesadelo, depois passa”. A denúncia foi feita pelo portal BuzzFeed, à

época, a EBC afirmou que o clipe não teria sido exibido em virtude da final da Taça Libertadores da América, citando outros programas que não teriam ido ao ar naquela data (23/11/2019). Funcionários da EBC, no entanto, afirmaram à reportagem que o clipe foi alvo de censura justamente por tratar de temas “sensíveis ao governo federal”.



6.3 - TV censura trecho de reportagem sobre prisões na ditadura

Data: 8/1/2020

Local: Rio de Janeiro

Agente Violador: EBC

Vítima: exposição “O Pasquim 50 anos”

Reportagem do jornal O Globo de janeiro de 2020 denunciou que a EBC censurou um trecho da reportagem sobre a exposição “O Pasquim 50 anos”, que foi ao ar no dia 6 de janeiro de 2020 dentro do programa “Fique ligado”.

O trecho censurado relatava o episódio conhecido como a “Gripe do Pasquim”, quando nove jornalistas do veículo foram presos durante dois

meses pelo governo dos generais.

A história relativa ao caso e uma fala de um dos curadores da exposição sobre o autoritarismo da ditadura estavam na reportagem que foi enviada pela sucursal de São Paulo, mas foram excluídas na edição em Brasília. No trecho excluído, que vai de 1m05s até 1m38s, a repórter menciona que a sátira “irritou a ditadura militar”. (Com informações da Revista Fórum).



6.4 - 2º Dossiê Censura na EBC

Data: 21/9/2020

Local: Brasília

Agente Violador: EBC

Vítima: jornalistas e radialistas

O 2º Dossiê Censura na EBC, publicado em setembro de 2020, trouxe 138 denúncias de censura nos veículos da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) desde o início do governo Bolsonaro. Embora, por lei, o sistema público de radiodifusão deva atuar com autonomia em relação ao governo federal para produzir e distribuir conteúdo,

o governo Bolsonaro tem utilizado as emissoras públicas para fins políticos.

O documento apontou censura de coberturas do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes, de violação os direitos indígenas e de fontes como Anistia Internacional e Human Rights Watch.



6.5 - Relatório da CPI da Covid inclui mau uso da EBC pelo governo Bolsonaro

Data: 27/9/2021

Local: Brasília

Agente Violador: EBC

Vítima: Sociedade

O uso dos veículos da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) pelo governo Bolsonaro para promover e reforçar narrativas negacionistas sobre a Covid-19 foi incluído no relatório final da CPI da Pandemia.

De acordo com o senador Renan Calheiros, a denúncia é baseada no relatório da Frente em Defesa da Comunicação Pública e da EBC. O

documento apontou que a EBC foi usada pelo atual governo federal para disseminar e reforçar narrativas negacionistas e governistas sobre a pandemia, que certamente prejudicaram o combate ao vírus da covid-19. Enquanto a empresa e seus profissionais resistiam, o governo Bolsonaro a usou para fazer proselitismo político e disseminar desinformação.



Campanha do Fórum
Nacional pela Democratização
da Comunicação em Defesa
da Liberdade de Expressão

DOSSIÊ REGISTRA 161 CASOS DE CENSURA NA EBC EM 11 MESES

fndc.org.br

6.6 - 3º Dossiê da EBC registra 161 casos de censura na empresa

Data: 6/10/2021

Local: Brasília

Agente Violador: EBC

Vítima: Sociedade

O III Dossiê da Censura na EBC, lançado em outubro de 2021, registrou 161 casos de censura na Empresa Brasil de Comunicação (EBC). O documento também denunciou que houve 89 casos em que apenas o ponto de vista do governo Bolsonaro foi veiculado.

O período analisado foi de 11 meses (agosto de 2020 a julho de 2021). Outro dado registrado e que chamou a atenção foi o número de interrupções da programação para transmitir eventos do governo: 208 vezes, totali-

zando quase 160 horas. Numa dessas transmissões, Jair Bolsonaro atentou contra o sistema eleitoral brasileiro.

Produzido pela Comissão de Empregados da EBC, em conjunto com Ouvidoria Cidadã da EBC e dos Sindicatos de jornalistas e dos Radialistas do Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro, o documento mostra que o veículo mais afetado foi a TV Brasil, com 53% dos total de casos. A Agência Brasil vem em seguida, com 25,7%. A censura também chegou às redes sociais, que registraram 1,2% dos casos.

7. Discriminação contra grupos oprimidos

Os governos fascistas têm como uma de suas características de ação estratégica o ataque a grupos que organizam a sociedade e os oprimidos. Nesse sentido, nos últimos anos o Brasil passa por um processo de forte agressão à liberdade de expressão e à democracia.

Presenciamos o Estado agindo para reprimir a organização de trabalhadores negros, indígenas, LGBTQIA+, mulheres, entre outros. Esses já possuem uma enorme dificuldade para se defenderem de discriminações e ataques vindos da sociedade.

Denunciamos alguns casos de agressões e ataques a essas organizações. No entanto, é uma pequena amostra do que foi promovido por este governo autoritário e fascista, que teve uma política de estado discriminatória e repressiva. Criminalizando os movimentos e estimulando todo o tipo de discriminação.

Toda a política voltada para proteger

esse segmento de trabalhadores foi desmontada e foram nomeadas pessoas para desfazer todos os avanços conquistados até então.

A violência aumenta em toda a sociedade e estes grupos oprimidos passam a ser alvos das instituições públicas e de segmentos da sociedade que se assumem com conotações fascistas, nazistas e racistas, pois não existe mais penalização por estes atos de agressão.

As redes sociais estão recheadas de casos de agressões a estes grupos e não existe penalização, o que estimula o próprio governo a praticar estas atrocidades.

Precisamos urgentemente retomar as políticas de proteção social, resgatar as instituições públicas para cumprir o seu papel de defender a democracia e a liberdade de expressão e avançar na construção de direitos para estes grupos oprimidos.

**Calar
jamais!**

Campanha do Fórum
Nacional pela Democratização
da Comunicação em Defesa
da Liberdade de Expressão



**Concessão
pública não
salvo-condi-
para discurs-
de ódio!**

fndc.org.br

**Calar
jamais!**

Campanha do Fórum
Nacional pela Democratização
da Comunicação em Defesa
da Liberdade de Expressão



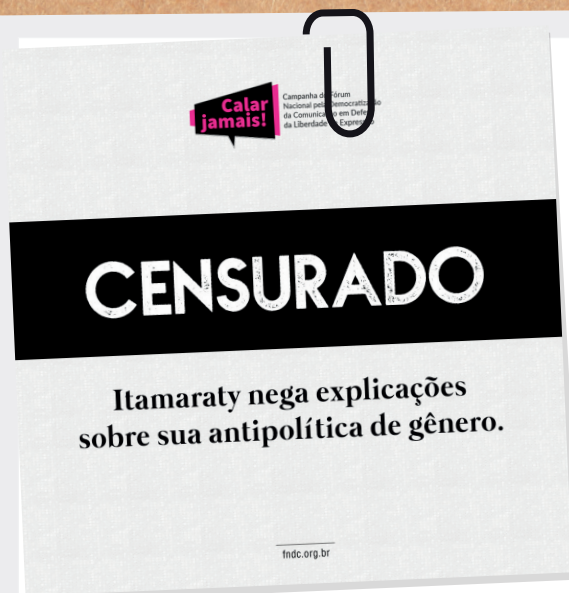
fndc.org.br

**Calar
jamais!**

Campanha do Fórum
Nacional pela Democratização
da Comunicação em Defesa
da Liberdade de Expressão

**RELATÓRIO DA FUNDAÇÃO
PALMARES É PEÇA DE
PROPAGANDA FASCISTA**

fndc.org.br



7.1 - Itamaraty nega explicação sobre sua política antigênero

Data: 9/9/2019

Local: ONU

Agente Violador: Ministério das Relações Exteriores

Vítima: Movimento LGBT

A censura do Itamaraty a documentos que explicariam a rejeição, pelo Brasil, dos termos “igualdade de gênero” e “educação sexual” na Organização das Nações Unidas (ONU) ratifica o caráter autoritário do governo Bolsonaro.

Alegando risco à segurança nacional e à “posição negociadora” do país, o Ministério das Relações Exteriores impôs censura de cinco anos, até 2024, aos textos nos quais

teria baseado sua posição retrógrada de negar proteção aos grupos LGBTQIA+ e mulheres.

O pedido de acesso aos documentos foi feito pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT).

A medida, inconstitucional, afronta não somente os movimentos LGBTQIA+, mas todos os segmentos da sociedade que prezam o debate público.



7.2 - Operadoras bloqueiam site da ong “Women on Waves” no Brasil

Data: 16/12/2019

Local: Brasil

Agente Violador: operadoras de telecomunicação

Vítima: ONG Women on Waves

Operadoras de telefonia têm bloqueado o acesso ao site [Women on Waves no Brasil](https://www.womenonwaves.org). A informação está no relatório organizado pela OONI — Open Observatory of Network In-

terface, Coding Rights e Women on Waves e Women on Web. O documento, divulgado em 11 dezembro de 2019, revela que o site womenonwaves.org mostram sinais de anomalias

no TCP/IP desde março do mesmo ano, “sugerindo que o acesso ao site foi bloqueado no Brasil”.

A página, no entanto, não foi bloqueada em todas as redes do país, a maioria dos bloqueios ocorre com a operadora de telefonia Claro e outras foram detectadas nas duas redes da Telefônica Brasil.



A proibição do uso do termo “católicas” à ong Católicas pelo Direito de Decidir, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, afrontou não somente a liberdade de expressão, mas a liberdade de pensamento e de organização previstos na Constituição Federal.

Ao acatar a demanda da Associação Centro Dom Bosco de Fé e Cultura, o desembargador José Carlos Ferreira Alves despreza a laicidade do Estado, garantida por dispositivos constitucionais que amparam a liberdade de religião.

Não cabe, portanto, ao poder judiciário, arbitrar sobre a diversidade e a pluralidade de pensamento presentes na sociedade e, muito menos,

A Women On Waves é uma ong holandesa que divulga informações sobre aborto seguro e direitos reprodutivos, auxiliado mulheres em todo o mundo, seja com informações ou realizando aborto seguro em navio próprio, em águas internacionais, onde as leis antiaborto não se aplicam.

7.3 - Judiciário não pode arbitrar sobre pluralidade de pensamento

Data: 28/10/2020

Local: Rio de Janeiro

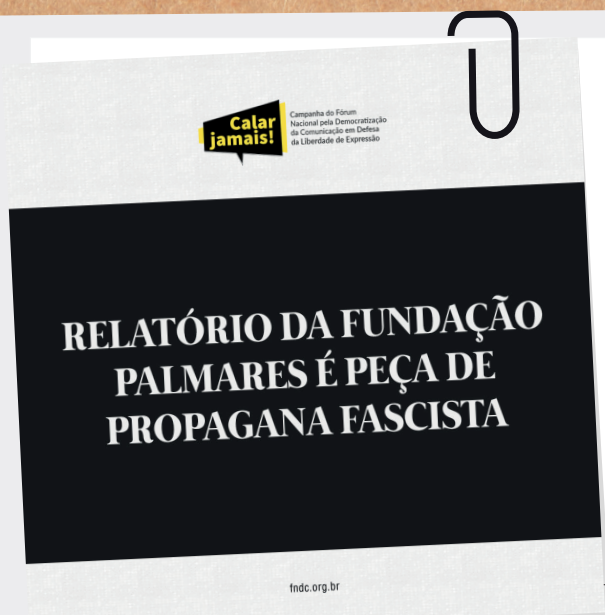
Agente Violador: Judiciário/Associação Centro Dom Bosco de Fé e Cultura

Vítima: ONG Católicas pelo Direito de Decidir

proibir o uso do termo baseada na sua visão pessoal de que há uma contradição entre ser católica e defender a legalização do aborto.

A incompatibilidade da decisão com os princípios do Estado Democrático de Direito é flagrante e inaceitável. É preciso reagir aos ataques cada vez mais insanos de grupos autoritários e intolerantes que tentam impor um pensamento único nos mais diversos setores.

Em setembro de 2022, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no entanto, reverteu a decisão e deliberou que a organização poderia manter Católicas em seu nome.



7.4 - Relatório da Fundação Palmares é peça de propaganda fascista

Data: 16/6/2021

Local: Brasília

Agente Violador: Fundação Cultural Palmares

Vítima: Movimento negro

O relatório “Retrato do Acervo - A dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019”, produzido pela Fundação Cultural Palmares, é mais uma peça de propaganda produzida para agradar aos grupos fascistas que dão apoio ao governo Bolsonaro e que têm atuado dentro do Estado brasileiro desde sua eleição.

Produzido com recursos públicos, o documento é uma prova material inquestionável de mal uso do aparelho público. Além de evidenciar o policiamento ideológico por parte

do Estado, a divulgação do relatório causa perplexidade também pelas justificativas apontadas pelo órgão para se desfazer de mais de cinco mil livros considerados inadequados para a missão institucional da autarquia.

A divulgação do documento incentiva a perseguição a temas, autores e obras, viola a liberdade de pensamento garantida pela Constituição Federal e fragiliza ainda mais o projeto de democracia em disputa no país. É preciso extirpar do Estado essas células fascistas que nos ameaçam cotidianamente!



7.5 - Concessão pública não é salvo-conduto para discurso de ódio

Data: 28/6/2021

Local: Amazonas

Agente Violador: apresentador Sikêra Jr. / Rede TV!

Vítima: Movimento LGBT

A ativista indígena Alessandra Korap Munduruku sofreu novo ataque político após sua participação na Conferência das Nações Unidas sobre

as Mudanças Climáticas (COP26). Dessa vez, sua casa, em Santarém-PA, foi invadida e furtada.

A violência ocorreu em 13 de novembro de 2021 e está sob investigação policial. Os invasores levaram documentos de prestação de contas e uma quantia no valor de R\$ 4 mil em espécie, que seriam utilizados para a assembleia do Povo Munduruku. Há suspeitas de crimes de furto e invasão de domicílio, dano, ameaças e intimidação por motivação política.

Alessandra contou ao site Amazônia Real que nem ela nem a família (filhos e marido) estavam em casa

no momento do ataque, pois já vinha desconfiando de que algo estaria sendo tramado contra si pela atuação em defesa do seu povo, constantemente ameaçado por garimpeiros invasores.

Alessandra é vice-coordenadora da Associação Indígena Pariri e vice-coordenadora da Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará (Fepipa). Ela foi uma das integrantes da delegação indígena presente na COP26, que levou ao evento a visão dos povos da floresta, excluídos da programação oficial pela organização do evento. (Com informações do site Amazônia Real).

8. Crimes contra a saúde pública

Os últimos anos foram caracterizados por uma crise econômica mundial, que nos afetou em cheio, sendo intensificada pelas reformas implementadas, com destaque para as reformas trabalhista e previdenciária. Desregulação do mercado de trabalho e retirada de direitos foram o foco destas reformas. Também vivenciamos uma crise política, onde o Poder Executivo ataca ferozmente o Judiciário, e se relaciona com o Legislativo de forma promíscua, via orçamento secreto. Para agravar a situação, tivemos uma crise pandêmica de escala mundial, que provocou centenas de milhares de mortes no país.

Neste cenário obscuro, encontramos um governo negacionista, que não deu atenção às medidas protetivas para a população, não providenciou as vacinas para combate da Covid-19, divulgou *fake news*, dizendo que a hidroxicloroquina era uma solução para a pandemia e, o mais grave, o Ministério da Saúde elaborou circular

orientando o uso deste medicamento. Paralelo a essa orientação, o governo ainda cortou recursos destinados à pesquisa, em um momento que todo o mundo estava aumentando recursos para encontrar soluções para a pandemia, demonstrando o descaso para com a vida.

Uma CPI foi criada para apurar as várias denúncias deste governo com o descaso no trato da pandemia. Este descaso foi imenso e o Brasil bateu recorde de morte pela Covid-19, várias mortes podiam ter sido evitadas, se tivesse sido priorizada a compra de vacina. Além de não agilizar as vacinas, a CPI apurou e descobriu que o governo tentou ganhar dinheiro na negociação das vacinas, superfaturando os valores das mesmas e ficou claro o envolvimento do presidente nas ações negacionistas, esperamos que os processos abertos para apurar esta questão sigam em frente e punam a irresponsabilidade com o trato a saúde da população.

Calar jamais!
Campanha do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação em Defesa da Liberdade de Expressão

Mais um crime do governo Bolsonaro contra a saúde pública!

A HIDROXICLOROQUINA É O TRATAMENTO MAIS EFICAZ CONTRA O CORONAVÍRUS ATUALMENTE DISPONÍVEL

Bolsonaro recorre à censura para desinformar sobre avanço da Covid-19 no Brasil

Miguel Schincariol/Getty Images

Calar jamais!

Campanha do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação em Defesa da Liberdade de Expressão

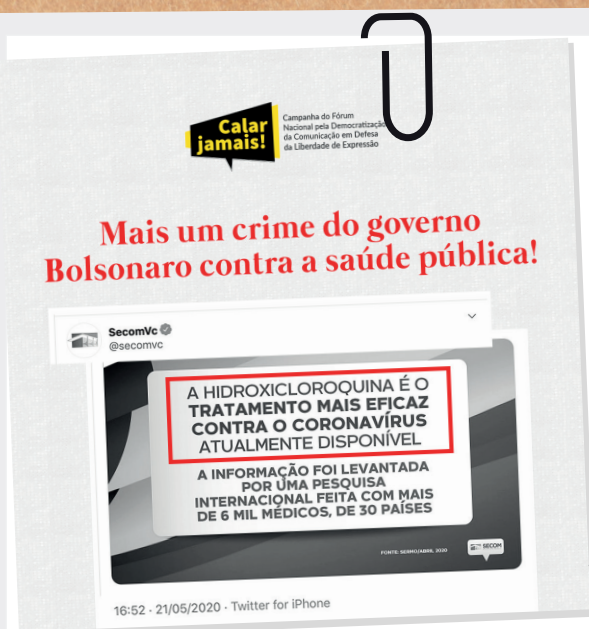
fndc.org.br

Calar jamais!

Campanha do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação em Defesa da Liberdade de Expressão

fndc.org.br

Ataques a Ludhmilla Hajjar têm DNA da milícia digital bolsonarista



A Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) fez uma postagem no Twitter afirmando que “a hidroxicloroquina é o tratamento mais eficaz contra o coronavírus atualmente disponível”.

A falsa informação foi publicada às 16:52 de 21/5/2020 e permaneceu no ar durante algumas horas. Com a reação imediata do público, a postagem foi excluída sem nenhum posicionamento ou pedido de des-

8.1 - Mais um crime do governo Bolsonaro contra a saúde pública

Data: 22/5/2020

Local: Brasil

Agente Violador: Presidência da República

Vítima: sociedade

culpa. Estudos científicos apontaram exhaustivamente a ineficiência do medicamento e teve seu uso recomendado apenas em ensaios clínicos, assim como a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Ao publicar informação falsa sobre medicamento em um canal oficial do governo, a Secom não só atentou contra a saúde pública da população, mas violou o direito à informação das pessoas, uma fraude inaceitável do interesse público em uma democracia.



A irresponsabilidade com a qual o governo Bolsonaro lidou com a pandemia de Covid-19 teve mais um ponto alto em junho de 2020, quando censurou o painel do Ministério da Saúde que centraliza as informações sobre a doença.

8.2 - Bolsonaro recorre a censura para desinformar sobre avanço da Covid-19 no Brasil

Data: 8/6/2020

Local: Brasil

Agente Violador: Ministério da Saúde

Vítima: sociedade

O painel foi restaurado num sábado, 5 de junho daquele ano, com restrição dos dados aos casos registrados apenas nas últimas 24 horas, evidenciando ainda mais a intenção do governo de encobrir

sua responsabilidade pelo avanço da doença no país.

Enquanto o número de mortos passava dos 36 mil e o número de casos confirmados beiravam os 700 mil, o presidente e seus militares levavam para dentro do governo a estratégia de desinformação com a qual os seus aliados trabalham

incessantemente, em especial por meio das mídias sociais.

Para o desgoverno genocida, o interesse público e a saúde dos brasileiros sempre esteve abaixo dos seus próprios interesses. Por isso, não há nenhum constrangimento em mentir, sonegar, distorcer e censurar.



8.3 - Prefeita e vice de Juiz de Fora são ameaçados de morte por medidas restritivas contra a COVID-19

Data: 12/3/2021

Local: Minas Gerais

Agente Violador: Não identificado

Vítima: Prefeita de Juiz de Fora, Margarida Salomão (PT), e seu vice, Kennedy Ribeiro (PV)

A Polícia Civil de Minas Gerais investigou ameaça de morte à prefeita de Juiz de Fora, Margarida Salomão (PT), e ao vice, Kennedy Ribeiro (PV), num grupo de WhatsApp. A ameaça foi feita após a publicação de um decreto determinando medidas restritivas na cidade para conter a transmissão da Covid-19.

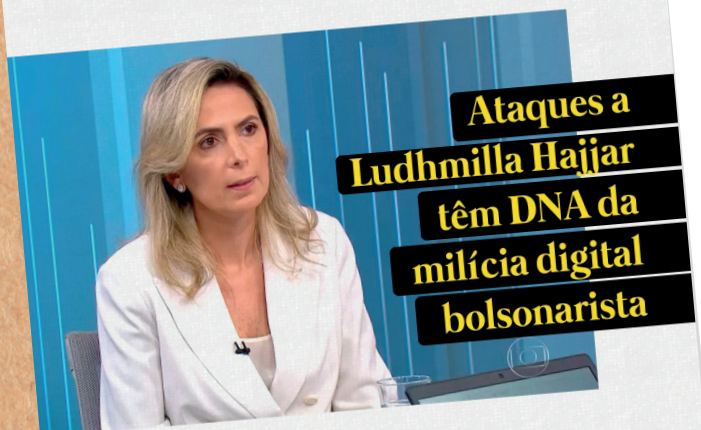
As medidas foram tomadas pela prefeitura após a ocupação dos leitos de UTI da cidade atingir 100% e o número de mortos ultrapassar 860. A prefeita prestou depoimento. “Isso é fascismo! Na democracia, as pessoas lidam com as divergências. Não é

tolerável que na disputa política alguém queira praticar a eliminação do outro”, declarou em vídeo publicado nas redes sociais da prefeitura.

O episódio foi mais uma amostra das consequências do projeto de morte e de aprofundamento da pobreza do governo de Jair Bolsonaro. Jair incentivou seus seguidores a desacatarem medidas restritivas que visavam à contenção da doença, por isso têm sido cada vez mais comuns atos públicos de execração de autoridades e de desobediência a decretos que visam conter a propagação da Covid-19.

**Calar
jamais!**

Campanha do Fórum
Nacional pela Democratização
da Comunicação em Defesa
da Liberdade de Expressão



fnec.org.br

8.4 - Ataques a Ludhmila Hajjar têm DNA da milícia digital bolsonarista

Data: 16/3/2021

Local: Brasília

Agente Violador: Não identificado

Vítima: cardiologista Ludhmila
Hajjar

Os ataques e ameaças sofridos pela cardiologista Ludhmila Hajjar são típicos da milícia digital bolsonarista sustentada pelo gabinete do ódio. Coordenado por assessores da Presidência da República, o gabinete conta com o consentimento de Bolsonaro. Questionado por Ludmilla sobre o ocorrido, o presidente disse “isso faz parte”

A médica relatou ter recebido ameaças de morte e tentativas de

violação do quarto do hotel onde esteve em Brasília. O modus operandi da milícia ficou bem evidente. Ludmilla teve o número de seu celular publicado em vários grupos de WhatsApp e, para incentivar ainda mais os ataques, os responsáveis divulgaram áudio e vídeo com informações falsas sobre ela.

A milícia digital foi um dos pilares da eleição de Bolsonaro. Ele não existe sem ela e ela não existe sem ele.



FNDNC

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação



fndc.org.br

 [@calarjamaisfndc](https://www.instagram.com/calarjamaisfndc)

 [@fndc_br](https://twitter.com/fndc_br)

 [FNDC Democratização da Comunicação](https://www.facebook.com/FNDCDemocratizacaoDaComunicacao)

APOIO

**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**

BRASIL

brasil.fes.de